



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

**DOURADOS – MS
2018**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
1.1 Histórico da UFGD.....	4
1.1.1. A UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS.....	7
1.1.2. MISSÃO E VISÃO DE FUTURO.....	10
1.1.3. A FACULDADE DE EDUCAÇÃO.....	10
1.2 Necessidade social do Curso.....	11
1.3 Histórico do Curso.....	12
2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	15
3. CONCEPÇÃO DO CURSO.....	16
3.1 Fundamentação teórico-metodológica.....	16
3.2 Fundamentação legal.....	18
3.3 Adequação do PPC ao PPI e ao PDI.....	20
3.4 Adequação do Curso às Diretrizes Curriculares Nacionais.....	22
4. OBJETIVOS DO CURSO.....	24
5. PERFIL DESEJADO DO EGRESSO.....	24
6. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES.....	25
7. CONTEÚDOS CURRICULARES.....	26
7.1 Composição do núcleo I.....	26
7.2 Composição do núcleo II.....	27
7.3 Composição do núcleo III.....	28
8. ORÇANIZAÇÃO DO CURSO.....	29
8.1 Componentes curriculares comuns à Universidade.....	32
8.2 Componentes curriculares comuns à área de formação.....	32
8.3 Componentes curriculares específicos à área de formação.....	33
8.4 Atividades acadêmicas específicas.....	34
8.4.1 ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	34
8.4.2 ESTÁGIO OBRIGATÓRIO.....	34
8.4.3 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	35
8.5 Disciplinas eletivas.....	35
8.6 Prática como componente curricular.....	36
8.7 Carga horária para a integralização do Curso.....	38
8.8 Matriz curricular.....	38
8.9 Pré-requisitos.....	41
8.10 Equivalência das disciplinas do Curso.....	42
9. EMENTÁRIOS DOS COMPONENTES CURRICULARES.....	44
9.1 Ementa dos componentes curriculares comuns à Universidade.....	45
9.2 Ementa dos componentes curriculares comuns à área de formação.....	46
9.3 Ementa dos componentes curriculares específicos à área de formação.....	49
9.4 Ementa das atividades acadêmicas específicas.....	64
9.5 Disciplinas eletivas do Curso.....	67
10. AVALIAÇÃO.....	72

10.1	Sistemas de avaliação da aprendizagem.....	72
10.2	Sistema de autoavaliação do Curso.....	73
10.3	Avaliação do PPC – Núcleo Docente Estruturante.....	74
11.	CORPO DOCENTE.....	75
12.	COORDENADOR(A) DO CURSO.....	76
13.	CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	77
14.	INSTALAÇÕES FÍSICAS.....	78
14.1	Instalações gerais da UFGD.....	78
14.2	Instalações gerais da FAED.....	79
14.3	Instalações específicas do Curso de Educação Física.....	79
15.	ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	79
16.	APOIO AO DISCENTE.....	81
	REFERÊNCIAS.....	84
	APÊNDICE A.....	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Disciplinas que compõem o núcleo I.....	27
Quadro 2 – Disciplinas que compõem o núcleo II.....	27
Quadro 3 – Disciplinas que compõem o núcleo III.....	29
Quadro 4 – Componentes curriculares comuns à Universidade.....	29
Quadro 5 – Componentes curriculares comuns à área de formação.....	29
Quadro 6 – Componentes curriculares específicos à área de formação.....	30
Quadro 7 – Atividades acadêmicas específicas.....	31
Quadro 8 – Disciplinas eletivas ofertadas pelo Curso de Educação Física da Faculdade de Educação.....	31
Quadro 9 – Carga horária destinada à prática como componente curricular das disciplinas e os semestres ideais para que as mesmas sejam cursadas.....	37
Quadro 10 – Carga horária necessária de cada componente curricular para a integralização do Curso de Licenciatura em Educação Física.....	38
Quadro 11 – Carga horária por semestre e total, considerando a matriz curricular ideal.....	41
Quadro 12 – Lista de pré-requisitos.....	41
Quadro 13 – Lista de equivalência das disciplinas do Curso de Licenciatura em Educação Física, em que CH total é a carga horária total em horas-aula.....	42
Quadro 14 – Membros do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em Educação Física conforme Resoluções nº. 333 de 08 de novembro de 2017 e nº. 169 de 09 de maio de 2018 do Conselho Diretor da FAED.....	74
Quadro 15 – Corpo docente do Curso de Educação Física da FAED.....	75
Quadro 16 – Docentes de outros Cursos da UFGD que vem atuando no Curso de Licenciatura em Educação Física.....	76
Quadro 17 – Corpo técnico-administrativo específico da FAED (atualizado em junho de 2018).....	77

1. INTRODUÇÃO

1.1 Histórico da UFGD

A Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) nasceu do desmembramento do Centro Universitário de Dourados, antigo CEUD, campi da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O CEUD, antes Centro Pedagógico de Dourados (CPD), começou a funcionar no município em 1971 e passou a apresentar um elevado índice de crescimento, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990.

Na década de 1970, o campus de Dourados abrigava os cursos de História, Letras, Agronomia e Pedagogia. Em 1980, foram implantados os cursos de Geografia, Ciências Contábeis e Matemática. Em 1991, o Centro abriga o curso de Ciências Biológicas e, nessa década, começa a funcionar também o curso de Análise de Sistemas e os primeiros cursos de pós-graduação, o Mestrado em Agronomia e em História. Já em 2000, foram implantados os cursos de Medicina, Direito, Administração, os mestrados em Entomologia e Conservação da Biodiversidade e em Geografia e o primeiro doutorado da região, em Agronomia.

Em face dessa notável ampliação das atividades, tornou-se necessário promover a ampliação das instalações, sendo que, em conjugação com essa necessidade, começou a ganhar corpo a ideia da constituição, em Dourados, de uma cidade universitária, voltada ao ensino superior público, gratuito e de boa qualidade. O projeto então de Cidade Universitária ganhou amplo apoio da comunidade, das lideranças políticas de Dourados e das cidades vizinhas, e caminhou para sua plena concretização.

Apesar do crescimento do campus da UFMS de Dourados e da criação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), estas instituições públicas não conseguiam atender à imensa demanda da região por ensino superior. Isso é comprovado pelo incremento significativo de instituições privadas de ensino superior na cidade e na região. Além disso, a cidade de Dourados apresentava como uma das mais estruturadas de Mato Grosso do Sul em termos de bens e serviços de apoio à produção.

No contexto do programa federal Avança Brasil (2000-2003), no qual o País foi delimitado geograficamente em nove eixos nacionais de integração e desenvolvimento, a cidade de Dourados e seu espaço regional foram inseridos no Eixo Sudoeste. Esse Eixo teve como uma de suas funções essenciais permitir a integração territorial com os países limítrofes, por constituir, na visão governamental, um espaço geográfico

privilegiado, estratégicas no processo de desconcentração da produção, estratégica de eficiência e competitividade, capacidade de difusão, importância do setor terciário, desafio do desemprego estrutural e integração com o Mercosul.

Assim, no interior dessas diretrizes estratégicas, a ampliação das pesquisas e dos estudos parece inserir-se positivamente, na medida em que produz conhecimento acadêmico sobre essa realidade. Trata-se de um espaço que abrigava uma modernização contínua em busca de competitividade, que foi incentivada pela implantação de uma Universidade autônoma administrativa e financeiramente, com destaque para a verticalização do conhecimento e da tecnologia produzida regionalmente.

A cidade de Dourados e seu entorno têm suas potencialidades econômicas representadas pela infraestrutura já instalada, assentada numa malha rodoviária bem estruturada; pela alta produtividade agropecuária e agroindustrial; pelo potencial de profissionais qualificados e mercado regional que devem solidificar a agroindústria e a indústria tradicional. Assim, a expansão do ensino universitário público em Dourados poderia assumir sistematicamente a função, no contexto regional, de laboratório difusor de experiências de alta produtividade no país em termos agropecuários e agroindustriais, em busca de mercados nacionais e internacionais.

Em razão disso, o Instituto de Planejamento de Mato Grosso do Sul (IPLAN/MS), em 2000, por ocasião da elaboração de seu plano de desenvolvimento regional, dividiu o território estadual em oito regiões de planejamento, mantendo, nesse conjunto, a denominação Região da Grande Dourados para o espaço geográfico cuja a cidade-polo é Dourados, representando uma área polarizada pela cidade de Dourados no contexto social, econômico e cultural de Mato Grosso do Sul. A comprovação da Universidade Federal da Grande Dourados – Projeto de Criação e Implantação – se afirmou no próprio fluxo de acadêmicos que convergiam para o campus de Dourados e que extrapolava a "região da Grande Dourados", abrangendo outras regiões denominadas Sul-Fronteira e Oeste.

Além dos aspectos ambientais e de biodiversidade da região da Grande Dourados, um outro aspecto singular consistia no fato de grande parte dos municípios que a compunha estarem situados na fronteira com a República do Paraguai, o que lhe conferia características econômicas, sociais, políticas e culturais que exigiam atenção especial do ponto de vista científico e acadêmico. Tendo em conta tais processos, os espaços fronteiriços foram considerados áreas privilegiadas para estudos sistematizados que contemplavam a diversidade cultural própria da formação histórica da sociedade

fronteiriça. Há que se registrar, ainda, em 17 dos 36 municípios apontados como integrantes da região, a presença da população indígena Guarani (Kaiowá/Ñandeva), que constitui ainda hoje como a maior população indígena do Estado e representa, historicamente, importante papel na construção da identidade socioeconômica e cultural da região.

Para atender aos anseios da sociedade regional visando ao desenvolvimento sustentável, surgia então o projeto de criação da UFGD apresentando vocações como responsabilidade cidadã e social; estudos de preservação dos recursos naturais, incluindo a biodiversidade; aplicação do conhecimento científico e tecnológico para exploração do potencial econômico da região; e desenvolvimento da agropecuária e da agroindústria.

Aproveitando o Programa de Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil, do governo federal, cria-se então em 2005 a UFGD, sob tutoria da Universidade Federal de Goiás (UFG), com investimentos públicos em infraestrutura física e de pessoal e na criação de novos cursos de graduação e de pós-graduação, com pretensões de incorporação do Hospital Universitário à estrutura da nova Universidade.

A Instituição, inicialmente com seus sete cursos de graduação, passa a se expandir consideravelmente depois com a sua inclusão no Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Vê ampliado seus cursos de graduação, de pós-graduação, o número de docentes e técnicos administrativos e a oferta de vagas para estudantes de todo o Brasil. Com uma política de educação inclusiva, a UFGD começa a ofertar vagas também para ensinos diferenciados, como para comunidades indígenas e de assentamentos rurais, e para municípios polo da região através da Educação a Distância.

Com um orçamento que ultrapassa os R\$ 150 milhões anuais, a Universidade vem alcançando a maioria das metas do seu Plano de Desenvolvimento Institucional. Foi a primeira do Brasil a apresentar o Plano de Expansão Acadêmica ao governo federal, com projeto de ampliação e metas ambiciosas em todas as áreas, em consonância com o Plano Nacional de Educação. A UFGD prossegue com a missão de gerar e socializar conhecimentos, saberes e valores por meio do ensino, pesquisa e extensão de excelência, tendo como norte a transparência, a ética e o compromisso e a responsabilidade social, promovendo o debate democrático e a igualdade de oportunidades para todos.

1.1.1. A UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Criada em 2005 por desmembramento da UFMS, a Universidade Federal da Grande Dourados possuía 12 cursos de graduação e três programas de pós-graduação (três mestrados e um doutorado). Já em 2006, no início de sua instalação, foram criados mais sete cursos de graduação e, com o Programa REUNI, mais nove cursos foram instalados, alcançando um total de 28 cursos de graduação na modalidade presencial e dois cursos na modalidade a distância. Na pós-graduação, em 2012, a Universidade possuía 18 cursos *stricto sensu*, sendo três doutorados e 15 mestrados. Ao tempo de elaboração desse documento, em 2018, a UFGD atingiu 34 cursos de graduação presenciais cinco cursos de graduação a distância, 21 cursos de pós-graduação de mestrado e nove cursos de doutorado. Destaca-se, também, a incorporação do Hospital Universitário em 2009, o que significa a possibilidade de prestação de serviços de assistência à saúde da população com qualidade, bem como de novas estruturas ao desenvolvimento acadêmico da UFGD.

Assim, aliados aos esforços para favorecer a inclusão social (com políticas de cota social e de assistência estudantil), com a organização de grupos e redes de pesquisa e extensão, a UFGD vem contribuindo de modo significativo para a ampliação da produção acadêmica e para a formação de pessoal qualificado em Mato Grosso do Sul. Isso pode ser comprovado pelas contínuas e positivas avaliações externas e internas sobre as atividades acadêmicas da UFGD. Além disso, sublinha-se que a grade de formação da UFGD, tanto na graduação quanto na pós-graduação, está sendo direcionada a enfrentar os principais problemas que inibem os desenvolvimentos econômico, social e cultural e a problemática da preservação do meio ambiente em Mato Grosso do Sul. No entanto, além das necessidades sociais ainda por atender nos próximos anos, considera-se que, no interior da UFGD, as diversas áreas de conhecimento, umas mais que outras, precisam ainda de crescimento quantitativo e qualitativo para que, no conjunto, atendam aos requisitos e possam obter o reconhecimento da excelência acadêmica.

Quanto à sua estrutura física, avalia-se que praticamente o apoio necessário à vida acadêmica e à convivência universitária está instalado ou em vias de instalação. É o caso de Bibliotecas, na Unidade II e no Hospital Universitário, Restaurante Universitário, Quadra Poliesportiva, Piscinas, Auditórios, Centro de Educação Infantil e o Centro de Convivência, na Unidade II, onde se busca atender as demandas de serviços

e de convívio da comunidade acadêmica com lanchonetes, bancos, posto de atendimento de urgência, entre outros todos.

Em relação à estrutura para as atividades propriamente acadêmicas, vinculadas à graduação e à pós-graduação, conseguiu-se recuperar o imenso passivo que existia anteriormente à criação da UFGD e foram viabilizadas razoáveis condições para os cursos criados em 2006. Ressalta-se, sobretudo, que algumas melhorias em infraestrutura ainda são necessárias, mas se alcançou níveis de qualidade para atender aos nossos propósitos e objetivos.

No que diz respeito aos cursos criados em 2009, todos estão sendo atendidos nas demandas apresentadas por meio dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, com todos os prédios de laboratório licitados, alguns concluídos e entregues. Convém destacar que se tem viabilizado a ampla maioria dos móveis e equipamentos solicitados para atendimento dos cursos de graduação, mas também de pós-graduação e pesquisa. Quanto aos servidores, os esforços em favor da contratação de docente, tanto em termos de quantidade como no que tange à qualidade, têm sido exitosos para a maior parte dos concursos abertos. A maioria dos contratados são doutores ou mestres, o que permitiu à UFGD crescer rapidamente em todos os setores de sua atividade acadêmica e já ser reconhecida, em Mato Grosso do Sul, por sua alta taxa de contribuição aos conhecimentos científico, tecnológico e cultural.

Cabe salientar que, nesta Universidade, são poucos os docentes com contratos temporários, uma vez que tem havido esforços no sentido de otimizar as contratações para a UFGD, utilizando como instrumento o banco de professor equivalente para atender demandas dos cursos criados e em implantação, de graduação e pós-graduação. O quantitativo de contratos temporários foi autorizado para responder a demora na aprovação, pelo Congresso Nacional, da lei dos cargos de docentes, situação inicialmente resolvida pela aprovação da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012, que criou os cargos e que, posteriormente, permitiu a distribuição das vagas (e atualização do BPEq das IFES) pelo MEC/MPOG, conforme Portaria Interministerial nº 405, de 30 de agosto de 2012. Em dezembro de 2012 tal distribuição ocorreu com a aprovação da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, referente à carreira docente.

Assim, ainda há espaço para contratação de docentes para incorporar todo o crescimento que a UFGD teve nos anos iniciais de implantação, haja vista que o número de docentes está muito longe da totalização – prevista na Lei de Criação da Universidade (Lei nº 11.153, de 29 de julho de 2005), o que certamente estimula

possibilidades de crescimento de cursos novos e mais vagas públicas à disposição da sociedade.

O fato é que com a instituição do Banco de Professor Equivalente, se por um lado dá liberdade e autonomia relativa para as IFES se organizarem internamente, considerando as diferenças entre as áreas, por outro lado, também tem provocado e favorecido grande mobilidade entre os docentes que, depois de concursados, em alguns casos, buscam retornar para perto de seus familiares, ou ainda, encontram possibilidades de vínculos a grupos de pesquisa em outras universidades federais.

Quanto ao técnico-administrativo, além de êxito na contratação de pessoal qualificado, a UFGD investe na capacitação e qualificação. Semelhante à situação dos docentes, foi criado o Quadro de Referência de Técnicos Administrativos com objetivo similar ao banco de professores. Com efeito, o quantitativo desses servidores disponibilizado pelo MEC para a UFGD está bastante aquém de nossas necessidades e dos objetivos e metas que se pretende alcançar, de modo que o Quadro de Referência da Universidade é pequeno, não incorporou o passivo (aposentados) e também não incorpora os servidores técnicos de nível básico, ainda em número importante na IFES e que, ao se aposentarem, não serão substituídos, como ocorre com os técnicos de nível médio e superior.

O reduzido número de técnico-administrativos é, sem dúvida, o principal ponto de estrangulamento da UFGD e, se não for solucionado, deverá se constituir em obstáculo para o desenvolvimento desta Instituição. Essa situação tem sido expressa aos órgãos do governo, que estão cientes e que têm apontado com a possibilidade de estabelecimento de um referencial (TA/Alunos) médio para dar vazão a essa questão que envolve a UFGD, mas também outras IFES.

Portanto, considerando-se, por um lado, os cenários que se apresentam para os próximos anos, bem como as exigências da sociedade brasileira e da sociedade sul-mato-grossense e, por outro lado, o patamar de desenvolvimento da UFGD, com suas potencialidades e suas necessidades, acreditou-se ser oportuno a UFGD apresentar à sociedade e ao Governo Federal, em 2011, por intermédio do Ministério da Educação, o seu Plano da Expansão Acadêmica para o período de 2011 a 2020, esperando, com e por meio dele, contribuir para a constituição de uma sociedade com maior justiça social.

Esse planejamento para 10 anos elaborado pela UFGD faz parte do PDI da UFGD (2013-2017), evidentemente porque expressa o intervalo de planejamento definido em Lei, que é de cinco anos, mas já evidencia aqui que a UFGD tem

sistematizado mais que esse tempo. Um debate que passa pela oportunidade que o MEC abriu para apresentação da proposta pela Universidade, tendo sido a UFGD a primeira Universidade a pautar uma nova expansão de vagas, com criação de novos cursos de graduação e de pós-graduação, devidamente debatidos na comunidade universitária por, pelo menos, um ano.

1.1.2 MISSÃO E VISÃO DE FUTURO

A missão da UFGD é: *Gerar, construir, sistematizar, inovar e socializar conhecimentos, saberes e valores, por meio do ensino, pesquisa e extensão de excelência, formando profissionais e cidadãos capazes de transformar a sociedade no sentido de promover desenvolvimento sustentável com democracia e justiça social.*

A UFGD tem como visão de futuro: *Ser uma instituição reconhecida nacional e internacionalmente pela excelência na produção do conhecimento e por sua filosofia humanista e democrática.*

1.1.3. A FACULDADE DE EDUCAÇÃO

A Faculdade de Educação (FAED) da UFGD foi criada em setembro de 2006, a partir do antigo DED (Departamento de Educação) do Campus de Dourados da UFMS e atualmente oferece os cursos de graduação em Pedagogia, Pedagogia Bilíngue e Licenciatura em Educação Física, cursos de Pós-Graduação Lato Sensu e Strictu Senso (Mestrado e Doutorado) em Educação.

O curso de Pedagogia, o mais antigo da FAED, foi implantado no antigo CPDO (Centro Pedagógico de Dourados) em 1979, como uma extensão do curso de Corumbá (com as seguintes habilitações: Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau, a partir de 1983; Administração Escolar, a partir de 1983; Supervisão Escolar). A partir de 1983, passou a ter a sede na cidade Dourados e a oferecer as habilitações em Orientação Educacional (1986), Magistério da Pré-Escola e Séries Iniciais (1991), Magistério da Educação Infantil (2001); e, a partir de 2007, Licenciatura Plena em Pedagogia.

O curso de Mestrado e Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFGD foi recomendado pela Capes em 2007 e 2014, respectivamente, tendo como Área de Concentração "História, Políticas e Gestão da Educação" e como

Linhas de Pesquisa: História da Educação, Memória e Sociedade; e Políticas e Gestão da Educação.

O curso de Licenciatura em Educação Física foi implantado em 2009 e é voltado para a Educação Física Escolar, numa perspectiva interdisciplinar. Outro conjunto de atividades da FAED é o oferecimento de disciplinas básicas, sobretudo da área de formação de professores para os demais cursos de licenciatura da UFGD.

No ano de 2009, a FAED mudou suas atividades para seu novo prédio-sede e avançou em seu processo de consolidação com a instalação de seis laboratórios e infraestrutura para seus grupos de pesquisa, projetos de ensino, pesquisa e extensão.

1.2 Necessidade social do Curso

Mercê da vasta produção acadêmica, que nas últimas décadas transpôs os limites das universidades, a conscientização acerca dos benefícios advindos das práticas corporais disseminou-se largamente. Neste contexto, um número cada vez maior de pessoas passou a fazer exercícios físicos regularmente, nos mais diferentes espaços, tais como: academias, clubes, praças, parques, quadras esportivas, etc. Esse notável fortalecimento da produção acadêmica, bem como o aumento no número de pessoas que se dedica à prática regular de exercícios contribuiu, perceptivelmente, para que a disciplina de Educação Física adquirisse um novo dimensionamento didático-pedagógico, apresentando-se atualmente como um componente curricular de significativa importância no contexto escolar.

Diferentemente do passado, quando a ditadura militar transformou a Educação Física em instância de treinamento nas escolas, atualmente, a disciplina direciona-se para a formação não do atleta, mas do cidadão responsável, crítico e, sobretudo, consciente da necessidade das práticas corporais para a obtenção e manutenção da saúde e da qualidade de vida, não apenas durante os anos escolares, mas por toda a vida. Norteadas por esses objetivos, a Educação Física Escolar apresenta-se, nos dias de hoje, como um componente curricular de grande valor social, posto que não prioriza apenas o aprimoramento das habilidades e destrezas desportivas, mas visa à formação integral do ser humano, opondo-se às práticas segregadoras da seletividade atlética e promovendo a inclusão de estudantes nas atividades pedagógicas propostas.

Refletindo sobre a função da Educação Física Escolar, escreveu Wagner Wey Moreira: "... o caminho para o esporte de alto nível é uma trilha estreita, que só poderá

ser disputada por alguns poucos selecionados. A escola não se presta a isto” (1995, p. 27). Aqui é clara a preocupação com a inclusão, a participação de todos os alunos durante as aulas de Educação Física. Essa preocupação perpassa obras distintas, publicadas por vários autores e pesquisadores da área. No que diz respeito à promoção da saúde como um dos principais objetivos da Educação Física Escolar, asseverou Maitino: “Fica muito difícil visualizar quais outros objetivos podem ser justificados tão fortemente como a saúde (2000, p. 79) ”.

Sociabilização, promoção da saúde, inclusão, conscientização acerca dos benefícios das atividades corporais e formação de cidadãos críticos são, atualmente, os mais destacados objetivos da Educação Física no contexto escolar. Este viés de intervenção pedagógica que busca, primordialmente, o bem-estar biopsicossocial do ser humano, faz da Educação Física, nos dias de hoje, uma disciplina escolar de notável relevância para a sociedade. Por essa razão, o curso de Educação Física da UFGD tem a finalidade de responder a uma necessidade social importante, principalmente se forem levadas em conta as especificidades contextuais da região sul de Mato Grosso do Sul, onde não existia um curso público de Licenciatura em Educação Física.

O Curso de Licenciatura em Educação Física da UFGD, com sua estruturação pedagógico-curricular específica, contribui sobremaneira para o preenchimento de uma lacuna social importante em Mato Grosso do Sul, proporcionando à população regional a possibilidade de ingresso num curso de perfil único, que prioriza as atividades corporais não sob o ponto de vista performático, mas sob o prisma educativo, formador de gerações futuras mais críticas, sociáveis e saudáveis.

1.3 Histórico do Curso

Por volta do ano de 2002, antes que surgisse a UFGD, a UFMS já havia cogitado sobre a implantação de um curso de Educação Física em Dourados. Em 2005, com a criação da UFGD, a discussão acerca de novos cursos tomou um novo fôlego dentro da Universidade. Foi a partir de 2007, por conta das discussões sobre o REUNI, que a FAED responsabilizou-se por implantar a Licenciatura em Educação Física na UFGD.

O Curso de Licenciatura em Educação Física da UFGD foi autorizado em 03 de novembro de 2008, pela Resolução COUNI/UFGD nº 107. Antes disso, no início do segundo semestre de 2008, a partir do começo do mês de agosto, foram iniciados pelos

membros da Faculdade de Educação os estudos preliminares para a efetiva implantação do curso. Em setembro do mesmo ano, o Conselho Diretor da faculdade de Educação instituiu a comissão de implantação do referido curso. A comissão ficou assim constituída: Reinaldo dos Santos (Presidente), Manuel Pacheco Neto (Membro), Magda Carmelita Sarat Oliveira (Membro), Ana Paula Gomes Mancini (Suplente) e Giselle Cristina Martins Real (Suplente).

A comissão deliberou acerca dos trâmites e encaminhamentos para a organização do curso de Educação Física. Dessas deliberações, surgiram as linhas mestras que nortearam a elaboração do projeto do curso, sempre levando em consideração as orientações contidas num documento essencial da UFGD que é *a minuta de roteiro de projeto político pedagógico*. Essa base documental, aliada ao embasamento teórico de cunho bibliográfico discutido nas reuniões da comissão, propiciou a construção de um projeto político pedagógico sólido, compromissado com a proposta essencialmente educativa do Curso de Licenciatura em Educação Física da UFGD, que já surgiu vinculado à FAED da UFGD, diferentemente de outros vários cursos de Educação Física no Brasil, que adorando o viés performático/biologicista, mormente integram núcleos de Ciências Biológicas e Profissões da Saúde, mais raramente figurando em faculdades, núcleos ou departamentos onde a pedagogia e a educação predominam.

Em novembro de 2008, com intuito de estabelecer um diálogo com representantes de cursos de Licenciatura em Educação Física já sedimentados, dois membros da comissão de implantação do Curso de Educação Física da UFGD – Professor Manuel Pacheco Neto e Professora Magda Carmelita Sarat Oliveira – viajaram para São Paulo, onde visitaram os cursos da UNESP de Presidente Prudente, UNIMEP de Piracicaba e UNESP de Rio Claro. Nessas instituições, os representantes da UFGD visitaram todas as dependências físicas que servem às atividades dos cursos de Educação Física que lá funcionam, além de dialogarem com seus(suas) coordenadores (as) e diretores (as), a eles (as) apresentando a grade curricular do Curso de Licenciatura de Educação Física da UFGD, para troca de impressões. Em unanimidade, os (as) dirigentes das instituições visitadas expressaram enfática aprovação em relação à estrutura curricular que lhes foi apresentada, formulando inclusive algumas sugestões acerca de alguns componentes curriculares específicos. Essas sugestões foram apreciadas, sendo algumas delas acatadas e agregadas à matriz curricular do Curso de Licenciatura de Educação Física da UFGD, que foi submetida à

análise dos membros do Conselho Diretor da Faculdade de Educação da Universidade, sendo aprovada na reunião ordinária do dia 24 de novembro de 2008.

Cumprido esclarecer que, desde os primórdios de sua elaboração, até a sua aprovação em unanimidade pelo Conselho Diretor, a matriz curricular do Curso de Licenciatura em Educação Física da UFGD foi construída em estrita observância à Resolução nº 07 do Conselho Nacional de Educação, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Educação Física. Tal documento governamental – expedido em 31 de março de 2004 e publicado no Diário Oficial da União em 05 de abril de 2004 –, em seu artigo 7º preconiza que:

Caberá à Instituição de Ensino Superior, na organização curricular do Curso de Graduação em Educação Física, articular as unidades de conhecimento de formação específica e ampliada, definindo as respectivas denominações, ementas e cargas horárias em coerência com o marco conceitual e as competências e habilidades almejadas para o profissional que pretende formar.

Esse artigo, em seu parágrafo primeiro, estabelece que:

A formação ampliada deve abranger as seguintes dimensões do conhecimento:

- a) relação ser humano-sociedade;
- b) biológica do corpo humano;
- c) produção do conhecimento científico e tecnológico

Após essas formulações acerca da formação ampliada, o artigo 7º apresenta seu parágrafo segundo, que aborda a formação específica e suas dimensões:

A formação específica, que abrange os conhecimentos identificadores da Educação Física, deve contemplar as seguintes dimensões:

- a) culturais do movimento humano;
- b) técnico instrumental;
- c) didático-pedagógica

Guardando observância em relação a esses preceitos normativos governamentais, o curso de Educação Física da UFGD foi concebido, germinadamente, a partir do entendimento de que a vivência corpóreo-motriz é uma importante dimensão da completude indivisível do ser humano, uma dimensão concreta, que determina a maneira de ser e estar no mundo e que, por conseguinte, apresenta-se como um valioso

instrumento para a consecução de um dos maiores objetivos da educação, que visa, sobretudo, à melhoria da dignidade e da qualidade de vida das pessoas, observadas e respeitadas todas as características ou diferenças individuais dos membros que constituem o tecido social.

Nesse processo, a conscientização e a compreensão acerca da necessidade cotidiana das práticas corporais empertigam-se de maneira clara, como uma das principais diretrizes pedagógicas do curso de Educação Física da UFGD, que concebido junto à FAED, orientou-se, em termos curriculares, para as questões que envolvem a docência na área das atividades corporais, na Educação Infantil e nos Ensinos Fundamental e Médio. Destarte, voltado para a formação do profissional que pretende atuar na Educação Física Escolar, o Curso de Educação Física da UFGD disponibilizou 50 vagas no primeiro vestibular que ofertou em janeiro de 2009.

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Curso: Licenciatura em Educação Física.

Grau acadêmico conferido: Licenciado em Educação Física.

Modalidade de ensino: Presencial.

Regime de matrícula: Semestral por componente curricular.

Ato de reconhecimento do curso: Portaria MEC/SERES N°176, de 18 de abril de 2013 – DOU de 19/04/2013.

Período de integralização:

Tempo mínimo ideal de integralização: 4 anos (8 semestres).

Tempo máximo de integralização: 8 anos (16 semestres).

Carga horária total do curso: 3912 horas-aula (3.260 horas-relógio).

Hora-aula: 50 minutos.

Número de vagas: 50.

Forma de Ingresso: Processo Seletivo Vestibular e Sistema de Seleção Unificada (SiSU) como forma de ingresso regular, além de outras formas previstas pelo regulamento da UFGD.

Turno de funcionamento: Noturno de segunda à sexta-feira; matutino e vespertino aos sábados; matutino e vespertino na realização dos estágios obrigatórios.

Local de funcionamento:

FAED – Faculdade de Educação

Rodovia Dourados-Itahum, Km 12
Caixa Postal 533
CEP 79 804-970
Dourados – MS

3. CONCEPÇÃO DO CURSO

3.1 Fundamentação teórico-metodológica

As diferentes teorias pedagógicas existentes que pautam a importância da Educação Física Escolar facilitam a sistematização dos conteúdos e permitem ao educador planejar de maneira coerente sua ação, considerando as diferentes realidades apontadas no Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada escola, seja ela pública ou privada (FREIRE; VENÂNCIO, 2005).

Os saberes e experiências da docência (TARDIF, 2002) passam a ser relevantes quando se busca uma ação pedagógica significativa. O conhecimento docente acerca dos conteúdos e estratégias pedagógicas pode ser uma condição prévia para que haja consistência entre as intenções planejadas e as ações implementadas. Nesse caso, para aproveitar coerentemente a ampla diversidade de teorias da ação do contexto brasileiro no dia-a-dia, o conhecimento que o professor deve elaborar sobre os conteúdos e estratégias é extremamente complexo e dinâmico (SANCHES NETO *et al.*, 2006).

Os conteúdos escolares, no entendimento de Darido (2005), não existiam na sua forma atual, eles têm um caráter histórico, vão sendo elaborados e reelaborados conforme as necessidades de cada época e os interesses sociais vigentes. Por sua vez, Zabala (1998) amplia o conceito de conteúdo e passa a referenciá-lo como tudo quanto se tem que aprender, que não apenas abrange capacidades cognitivas, como inclui outras capacidades. Libâneo (1994), do mesmo modo que Coll *et al.* (2000) e Zabala (1998), entende que conteúdo de ensino é um conjunto de conhecimentos, habilidades, hábitos, modos valorativos e atitudinais de atuação social, organizados pedagógica e didaticamente, tendo em vista a assimilação ativa e aplicação pelos alunos na sua prática de vida.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais identificaram os conteúdos da Educação Física como jogos, ginástica, atividades rítmicas e expressivas, esportes e lutas, os quais constituem a cultura corporal de movimento (BRASIL, 1998). Em sua atualização, a

nova Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2016) dispõe sobre os mesmos conteúdos, definindo a Educação Física como:

... componente curricular que tematiza as práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos e patrimônio cultural da humanidade. Nessa concepção, o movimento humano está sempre inserido no âmbito da cultura e não se limita a um deslocamento espaço-temporal de um segmento corporal ou de um corpo todo. Logo, as práticas corporais são textos culturais passíveis de leitura e produção (BRASIL, p. 171).

O curso de Educação Física da UFGD foi concebido visando à formação de profissionais para atuação docente na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Para isso, a base teórico-metodológica que o alicerçou apontou para a necessidade de construção de uma matriz curricular que abrangesse as necessidades educacionais de crianças, pré-adolescentes e adolescentes, em suas diferentes faixas etárias. Dentre tantos outros componentes curriculares que se associam à intencionalidade de formação de profissionais para atuar junto à educandos de idades tão distintas, a matriz curricular do Curso de Educação Física da UFGD engloba disciplinas tais como *Educação Física na Educação Infantil*, *Educação Física no Ensino Fundamental* e *Educação Física no Ensino Médio*. Tais disciplinas, assim como seus respectivos estágios supervisionados organizados em suas distintas temporalidades, formam a base teórico-prática do curso.

O desafio da Licenciatura em Educação Física da UFGD é promover uma formação ao professor que supere o contexto atual da Educação Física Escolar, uma disciplina, em certos locais, esportivizada e, em outros, negligenciada. De acordo com Folle e Pozzobon (2007), na maioria das vezes, os professores não seguem uma metodologia que levem os alunos se interessarem pelas aulas, as quais acabam se tornando um espaço de lazer para os alunos que tem mais habilidades. Em decorrência disso, o desinteresse, a não participação dos alunos e a evasão das aulas de Educação Física ainda são fatos comuns dentro das escolas.

A prática de atividades físicas no período da infância e da adolescência tem fundamental importância no ensino da Educação Física Escolar, que possui o papel preponderante de oferecer aos estudantes da escola básica a possibilidade de serem motivados a realizar exercícios físicos, contribuindo, assim, para um ensino mais completo em que pressupõe a relação teoria-prática, no que diz respeito à saúde e bem-estar. Neste sentido, consideramos a atividade física como essencial aos estudantes,

tendo em vista a grande incidência de doenças crônico-degenerativas que a inatividade física pode propiciar como risco à vida (BARBOSA FILHO; CAMPOS; LOPES, 2014).

Dessa forma, acreditamos ser essencial promover aos futuros professores a visão de Educação Física proposta na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2016):

Cada prática corporal propicia ao sujeito o acesso a uma dimensão de conhecimentos e de experiências aos quais ele não teria de outro modo. A vivência da prática é uma forma de gerar um tipo de conhecimento muito particular e insubstituível e, para que ela seja significativa, é preciso problematizar, desnaturalizar e evidenciar a multiplicidade de sentidos e significados que os grupos sociais conferem às diferentes manifestações da cultura corporal de movimento. Para além da vivência, a experiência efetiva das práticas corporais oportuniza aos alunos participar, de forma autônoma, em contextos de lazer e saúde (p. 172).

Em síntese, o Curso de Licenciatura em Educação Física da UFGD fundamenta-se, em termos teórico-metodológicos, para a formação de profissionais docentes que atuarão, no contexto escolar, levando em conta todas as particularidades relativas ao crescimento do educando, em termos psicológicos e biológicos, agindo e intervindo com competência junto a alunos de todas as faixas etárias relativas à Educação Infantil e aos Ensinos Fundamental e Médio, atuando em consonância com as diretrizes apontadas pelos estudos acadêmicos sobre a Educação Física. Estes, atualmente, preconizam, prioritariamente, a vivência da cultura corporal de movimento, como jogos e brincadeiras, ginástica, dança, esportes, lutas, os quais são recursos educacionais imprescindíveis à formação, não do atleta, mas do cidadão crítico, consciente da necessidade da prática constante de atividades corporais. Além disso, todo o processo de formação desses docentes dar-se-á sob a estrita observância dos preceitos de interdisciplinaridade e flexibilização curricular propostos pelo projeto REUNI.

3.2 Fundamentação legal

O curso de Licenciatura em Educação Física da UFGD fundamenta-se nos seguintes termos legais:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Lei nº 9696, de 01 de setembro de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da

Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física;

- Parecer CNE/CES nº 009/2001, de 08 de maio de 2001, que trata sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;
- Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores de Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;
- Parecer CNE/CES nº 058/2004, de 18 de fevereiro de 2004, que trata sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física;
- Resolução CNE/CES nº 7/2004, de 31 de março de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena;
- Parecer CNE/CES nº 400/2005, de 24 de novembro de 2005, que consulta sobre a aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica e das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física ao curso de Educação Física (licenciatura), tendo em vista a Resolução CONFEF nº 94/2005;
- Parecer CNE/CES nº 142/2007, de 14 de junho de 2007, que trata sobre alteração do § 3º do art. 10 da Resolução CNE/CES nº 7/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena;
- Resolução CNE/CES nº 7/2007, de 04 de outubro de 2007, que altera o § 3º do art. 10 da Resolução CNE/CES nº 7/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena;
- Lei 11.645, de 10 de março de 2008, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
- Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes;
- Resolução CNE/CP nº 1/2012, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Resolução CNE/CP nº 2/2012, de 15 de junho de 2012, que esclarece as Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;

- Resolução CNE/CP nº 2, de 01 de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

O Curso de Educação Física ainda se alicerça nos termos legais da UFGD:

- Resolução CEPEC/UFGD nº 53/2010, de 01 de julho de 2010, que aprova o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UFGD;
- Regimento Geral da UFGD (Resolução COUNI/UFGD nº 22/2006);
- Resolução CEPEC/UFGD nº 18/2012, de 02 de abril de 2012, que dispõe sobre Núcleo Docente Estruturante;
- Resolução COUNI/UFGD nº 54/2013, de 03 de junho de 2013, que dispõe da forma de ingresso e da reserva de vagas;
- Resolução CEPEC/UFGD nº 14/2014, de 27 de fevereiro de 2014, que aprova alterações nos Componentes Curriculares Comuns à UFGD e em suas ementas;
- Resolução CEPEC/UFGD nº 95/2014, de 24 de junho de 2014, que regulamenta a aplicação do artigo 14 da Resolução COUNI nº 54/2013, dispondo sobre as condições e os procedimentos para a utilização de participação em programas e projetos no cumprimento de carga horária de disciplinas eletivas;
- Resolução CEPEC/UFGD nº 139/2014, de 18 de setembro de 2014, que aprova o Regulamento de Estágio para os Estudantes dos Cursos de Graduação da UFGD.

3.3 Adequação do PPC ao PPI e ao PDI

Concernente ao Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física da UFGD, cumpre ressaltar que desde sua concepção embrionária, todas as suas diretrizes buscaram convergência e consonância com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFGD, que em seu item 9.2, sob o título *Princípios Filosóficos e Teórico- Metodológicos Gerais que Norteiam as Práticas Acadêmicas da Instituição*, prescreve:

A Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) define os princípios norteadores de sua prática e filosofia de trabalho, como Instituição de Ensino Superior, através de quatro linhas mestras:

- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Gestão Democrática;
- Compromisso Social;
- Gratuidade de Ensino.

Nossa primeira linha mestra diz respeito a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, considerando a multidisciplinaridade no desenvolvimento das ciências e na sua operacionalização. Dado que o conhecimento é a principal fonte de crescimento e desenvolvimento social, econômico e tecnológico de uma região, o mesmo não pode e não deve estar ligado somente a Universidade, mas também tem de ser levado à comunidade em geral. Sendo assim, um dos princípios da Universidade Federal da Grande Dourados é a universalidade do conhecimento, assim como a busca de fomento à interdisciplinaridade aos seus acadêmicos.

A UFGD ministrará o ensino visando à formação de pessoas para o atendimento de necessidades de desenvolvimento econômico, social, cultural, científico e tecnológico regional, do mundo do trabalho e do campo, além de contribuir para o desenvolvimento de atividades que promovam a difusão do conhecimento.

A gestão democrática é o foco da segunda linha filosófica da Instituição, pois há um posicionamento claro e contrário quanto ao exercício abusivo de poder interno ou externo à Instituição, de modo que, a UFGD busca assegurar e propagar o respeito à diversidade de idéias; crenças; culturas; à liberdade de ensinar e pesquisar; de divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; para que não haja discriminação de qualquer natureza.

A nossa terceira linha diz respeito ao compromisso social, isto é, a UFGD busca formar pessoas que se preocupam e valorizam o ser humano, através da solidariedade, do respeito à vida, com o intuito de não permitir que o homem seja apenas um mero “objeto”, e sim um ser que é dotado de sentimentos, anseios, perspectivas e desejos, de maneira que a procura da incessante maximização de lucros deve levar em consideração os fatores humanos.

Além disso, busca-se difundir a conscientização em relação à preservação do meio em que se vive, procurando a racionalização e a utilização plena dos recursos materiais, naturais e humanos. Portanto, os alunos, técnicos administrativos e professores devem assumir a missão da universidade com compromisso social.

A garantia de ensino gratuito é quarta linha mestra da UFGD, e está ligada à responsabilidade social, dado que a busca de propiciar a gratuidade ao acesso à Universidade, também se dá através dos avanços no apoio e incentivo a permanência dos alunos, contribuindo para a sua inserção no direito de aprender, que é direito de todos os cidadãos.

Para que possa ser sintetizada a adequação do PPC ao Projeto Pedagógico Institucional (PDI) da UFGD, cumpre explicitar que o curso de graduação em questão já surge atendendo aos *Princípios Filosóficos e Metodológicos* do PPI. Para que possa ser confirmada essa assertiva, é preciso examinar brevemente tal adequação. Verifiquemos,

por exemplo, as implicações relativas ao item intitulado *Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão*. O Curso de Licenciatura em Educação Física já surgiu pautado pela indissociabilidade entre essas três instâncias ou dimensões propostas pelo Projeto Pedagógico Institucional da UFGD, já que traz como proposta de ensino, uma abordagem que busca valorizar, bem como praticar constantemente a educação pela ou através da pesquisa. O alicerce teórico desse viés educacional foi buscado na produção de Pedro Demo. Este renomado investigador dos processos educacionais na obra *Educar pela Pesquisa*, faz a seguinte asseveração:

Educar pela pesquisa tem como condição essencial primeira que o profissional da educação seja pesquisador, ou seja, maneje a pesquisa como princípio científico e educativo e a tenha como atitude cotidiana. Não é o caso fazer dele um pesquisador “profissional da pesquisa”, mas um profissional da educação pela pesquisa (2003, p. 02).

A congruência entre esta intencionalidade e a práxis pedagógica do Curso de Licenciatura em Educação Física da UFGD, encontra-se expressa em sua própria matriz curricular, em que constam três componentes específicos de orientação e estímulo à pesquisa, que são: *Métodos e Técnicas de Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II*.

Contemporaneamente, a importância da pesquisa na atuação do professor de Educação Física é ressaltada, ora implícita, ora explicitamente nos *Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física (PCNs)*, por conta de não pouco expressiva ênfase teórica dada ao ensino dos jogos, das lutas, da ginástica e da dança nas escolas. Para que o professor de Educação Física possa ministrar conhecimentos básicos de Anatomia e Fisiologia na escola, é necessário o trabalho de pesquisa não apenas por parte dele, como também por parte de seus alunos. Para que o professor de Educação Física possa ministrar conteúdos relativos à História dos Esportes e da Motricidade Humana na escola, é imprescindível o trabalho de pesquisa, tanto por parte dele como por parte de seus alunos. A complexidade dos eixos temáticos hoje preconizados pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física*, torna a pesquisa um procedimento indispensável para a eficácia da fluidez desta importante área do conhecimento humano.

3.4 Adequação do Curso às Diretrizes Curriculares Nacionais

Conforme as Resoluções (I) CNE/CP nº 2, de 01 de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais, (II) CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, (III) CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, e a Lei 11.645, de 10 de março de 2008, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, são ofertados os seguintes componentes curriculares obrigatórios: Educação em Direitos Humanos e Tópicos em Cultura e Diversidade Étnico-Racial.

Além dessas disciplinas obrigatórias, podem ser ofertadas outras disciplinas que são comuns à Universidade tais como (a) Direitos Humanos, Cidadania e Diversidades, (b) Educação, Sociedade e Cidadania, (c) Interculturalidade e Relação Étnico-Raciais, (d) Sociedade, Meio Ambiente e Sustentabilidade e (e) Sustentabilidade na Produção de Alimentos e de Energia. Além disso, a UFGD possui um Núcleo de Estudos Afro-brasileiro (NEAB) criado pela Resolução 89/2007 do COUNI que tem com a finalidade atuar nas áreas de pesquisa, ensino e extensão relacionadas à diversidade étnico-racial, políticas públicas de combate à discriminação e ao racismo, produção de materiais, eventos, encontros, seminários, contribuindo para a implementação da Lei 11.645/08 que dispõe sobre o ensino da História da África e História da Cultura Afro-brasileira e História Indígena.

A instituição possui também uma Faculdade Intercultural Indígena destinada às populações indígenas das etnias Guarani e Kaiowá, possibilitando um intercâmbio cultural na Universidade. Ainda, desde o ano de 2013, a UFGD, sedia a Cátedra UNESCO “Diversidade Cultural, Gênero e Fronteira” desenvolvendo pesquisas e eventos sobre a temática de gênero e diversidade cultural visando à construção de uma prática de respeito aos direitos humanos e à solidariedade com as comunidades étnicas. A instituição também criou o Núcleo de Assuntos Indígenas em 2015.

O Curso de Licenciatura em Educação Física também trata sobre Educação Ambiental de modo transversal, contínuo e permanente com os conteúdos desenvolvidos na disciplina de Educação em Direitos Humanos, além das disciplinas comuns à Universidade já citadas. Além disso, a instituição aprovou em 2013 sua Política Ambiental (Resolução COUNI 6 de 15 de fevereiro de 2013), cuja a finalidade é orientar, propor e promover ações sobre a temática na Universidade.

4. OBJETIVOS DO CURSO

Partindo da premissa que considera o Curso de Licenciatura de Educação Física como uma instância suscitadora, geradora ou fomentadora de competências e habilidades para a docência na área das atividades corpóreo-motrizes, cumpre especificar os seguintes objetivos:

- Formar docentes com apurado domínio teórico, prático e técnico para atuar no ensino formal, em instituições públicas ou privadas;
- Atender à significativa demanda regional do sul do estado de Mato Grosso do Sul, que não dispõe de cursos públicos de Licenciatura em Educação Física;
- Privilegiar a formação de docentes dotados de aguçada criticidade, aptos a atuar como agentes de transformação social, visando à construção de uma sociedade mais humana, inclusiva e igualitária;
- Formar docentes detentores de uma ampla compreensão acerca do fenômeno educacional, levando em consideração as inter-relações entre o aprendente, a sociedade e as instituições educativas;
- Legar à sociedade um profissional com rigoroso senso ético e moral, que acredita na honestidade e na idoneidade como parâmetros imprescindíveis para o advento de uma sociedade mais digna e livre.

5. PERFIL DESEJADO DO EGRESSO

O egresso do Curso de Licenciatura em Educação Física da UFGD denotará uma ampla concepção sobre o papel das atividades corporais no contexto educacional, apresentando claro e seguro domínio dos conhecimentos pedagógicos da Educação Física, entendendo-os como elementos educativos de origem interdisciplinar, fundamentados nas ciências da saúde, biológicas, humanas e exatas. Esse entendimento da Educação Física como área interdisciplinar, constituir-se-á como alicerce teórico para a resolução dos problemas concretos da prática e da dinâmica docentes, possibilitando a sistematização dos jogos, da ginástica, da luta, da dança e do esporte como instrumentos educativos imprescindíveis às distintas etapas da formação humana.

6. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Em relação a competências e habilidades gerais, o professor de Educação Física formado pela UFGD deve conseguir compreender e aplicar os conhecimentos que norteiam a sua intervenção acadêmico-profissional. Ao mesmo tempo, deve ser capaz de avaliar criticamente a sua atuação e, principalmente, o contexto em que atua com o intuito de contribuir com a transformação social. Desse modo, conforme os Pareceres CNE/CP nº 9/2001, do dia 8 de maio de 2001, e Resolução CNE/CES nº 7/2004, de 31 de março de 2004, o curso de Licenciatura em Educação Física da UFGD visa ao desenvolvimento das seguintes competências e habilidades específicas:

- Pautar-se por princípios da ética democrática na atuação como profissionais e como cidadãos;
- Orientar suas escolhas e decisões metodológicas e didáticas por valores democráticos e por pressupostos epistemológicos coerentes;
- Reconhecer e respeitar a diversidade manifestada por seus alunos, detectando e combatendo todas as formas de discriminação;
- Zelar pela dignidade profissional e pela qualidade do seu trabalho;
- Trabalhar considerando as características de seus alunos, o contexto social em que a escola está inserida, as prioridades e objetivos do projeto educativo e curricular e o contexto social como um todo;
- Participar coletiva e cooperativamente da elaboração, gestão, desenvolvimento e avaliação do projeto educativo e curricular da escola, atuando além da sala de aula;
- Estabelecer relações de parceria e colaboração com os pais dos alunos, de modo a promover a participação destes na comunidade escolar e a comunicação entre eles e a escola;
- Compartilhar saberes com docentes de outras áreas de conhecimento e articular em seu trabalho as contribuições dessas áreas;
- Planejar, realizar e avaliar situações didáticas eficazes, por meio das manifestações e expressões do movimento humano, para favorecer e enriquecer a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos, considerando o contexto social e as características dos alunos, os temas e as necessidades do mundo contemporâneo, os objetivos do projeto educativo e curricular da escola e os Parâmetros Curriculares Nacionais;

- Saber intervir, nas situações educativas, com sensibilidade e estabelecendo uma relação de autoridade e confiança com os alunos;
- Sistematizar e socializar a reflexão sobre a prática docente, investigando o contexto educativo e analisando a própria prática profissional;
- Utilizar recursos da tecnologia da informação e da comunicação para enriquecer o processo de aprendizagem dos alunos e para interagir com as fontes de produção e de difusão de conhecimentos específicos da Educação Física e de áreas afins, também como forma de contínua atualização e de produção acadêmico-profissional;
- Utilizar o conhecimento sobre a organização, gestão e financiamento dos sistemas de ensino, sobre a legislação e as políticas públicas referentes à educação para uma inserção profissional crítica;
- Pesquisar, conhecer, compreender, analisar e avaliar a realidade social para nela intervir acadêmica e profissionalmente por meio das manifestações e expressões do movimento humano com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, visando à formação, ampliação e enriquecimento cultural da sociedade, assim como o aumento das possibilidades de adoção e manutenção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.

7. CONTEÚDOS CURRICULARES

Em relação ao atendimento ao artigo 12 da Resolução CNE/CP nº 2, de 01 de julho de 2015, o curso de Educação Física apresenta os núcleos: I – formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, do campo educacional e das diversas realidades educacionais; II – aprofundamento e diversificação e III – estudos integradores para enriquecimento curricular.

7.1 Composição do núcleo I

O Quadro 1 ilustra as disciplinas que compõem o núcleo I – formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, do campo educacional e das diversas realidades educacionais conforme o artigo 12 da Resolução CNE/CP nº 2, de 01 de julho de 2015.

Quadro 1 – Disciplinas que compõem o núcleo I.

Disciplinas	CHT	CHP	CH total	Lotação
Eixo temático de formação comum à Universidade	72	-	72	-
Eixo temático de formação comum à Universidade	72	-	72	-
Eixo temático de formação comum à Universidade	72	-	72	-
Anatomia Humana	45	45	90	FCS
Educação em Direitos Humanos	72	-	72	FCH
Educação Especial	72	-	72	FAED
Educação Física e Socorros de Urgência	36	18	54	FCS
Fundamentos de Didática	72	-	72	FAED
Laboratório de Textos Científicos I	72	-	72	FACALE
Libras – Língua Brasileira de Sinais	54	18	72	FACED
Métodos e Técnicas de Pesquisa	54	18	72	FAED
Políticas e Gestão Educacional	72	-	72	FAED
Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	72	-	72	FAED
Tópicos em Cultura e Diversidade Étnico-Racial	72	-	72	FCH
Total (horas-aula)	909	99	1008	-

CHT – Carga horária teórica (horas-aula); CHP – carga horária prática (horas-aula); CH total – carga horária total (horas-aula); FCS – Faculdade de Ciências da Saúde; FCH – Faculdade de Ciências Humanas; FAED – Faculdade de Educação; FACALE – Faculdade de Comunicação, Artes e Letras.

7.2 Composição do núcleo II

O Quadro 2 ilustra as disciplinas que compõem o núcleo II – de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos conforme o artigo 12 da Resolução CNE/CP nº 2, de 01 de julho de 2015.

Quadro 2 – Disciplinas que compõem o núcleo II.

Disciplinas	CHT	CHP	CH total	Lotação
Atividade Física e Saúde	54	18	72	FAED
Bases Fisiológicas aplicadas à Educação Física I	72	-	72	FAED
Bases Fisiológicas aplicadas à Educação Física II	54	18	72	FAED
Crescimento e Desenvolvimento Motor	72	-	72	FAED
Cinesiologia	54	18	72	FAED
Didática da Educação Física	36	36	72	FAED
Educação Física Adaptada	45	45	90	FAED

Educação Física na Educação Infantil	54	18	72	FAED
Educação Física no Ensino Fundamental	54	18	72	FAED
Educação Física no Ensino Médio	54	18	72	FAED
Estágio na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	-	162	162	FAED
Estágio no Ensino Fundamental	-	162	162	FAED
Estágio no Ensino Médio	-	162	162	FAED
Fundamentos Históricos da Motricidade Humana	54	-	54	FAED
Ginástica Geral	45	45	90	FAED
Medidas e Avaliação na Educação Física	36	36	72	FAED
Organização de Eventos Esportivos	54	36	90	FAED
Teoria da Educação Física	54	-	54	FAED
Teoria do Treinamento Físico	54	18	72	FAED
Teoria e Prática dos Esportes Aquáticos	45	45	90	FAED
Teoria e Prática dos Esportes Coletivos I	45	45	90	FAED
Teoria e Prática dos Esportes Coletivos II	45	45	90	FAED
Teoria e Prática dos Esportes Coletivos III	45	45	90	FAED
Teoria e Prática dos Esportes Coletivos IV	45	45	90	FAED
Teoria e Prática dos Esportes Individuais	45	45	90	FAED
Trabalho de Conclusão de Curso I	72	-	72	FAED
Trabalho de Conclusão de Curso II	72	-	72	FAED
Total (horas-aula)	1260	1080	2340	-

CHT – Carga horária teórica (horas-aula); CHP – carga horária prática (horas-aula); CH total – carga horária total (horas-aula); FAED – Faculdade de Educação.

7.3 Composição do núcleo III

Como o núcleo III envolve a participação em estudos integradores para enriquecimento curricular, de acordo com o artigo 12 da Resolução CNE/CP nº 2, de 01 de julho de 2015, este é representado como as Atividades Teórico-práticas de Aprofundamento (ATPA) que compõe a matriz curricular por meio de uma disciplina. Esta possui regulamento próprio para o aproveitamento de atividades complementares. Tal regulamento pode ser acessado pela página da UFGD/COGRAD.

Quadro 3 – Disciplina que compõem o núcleo III.

Disciplina	CH total	Lotação
Atividades Teórico-práticas de Aprofundamento	240	FAED

CH total – carga horária total (horas-aula); FAED – Faculdade de Educação.

8. ORÇANIZAÇÃO DO CURSO

Considerando o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UFGD, todos os cursos de graduação terão um tempo de formação comum que será constituído por componentes curriculares comuns à Universidade, comuns e específicos à área de formação, além de atividades acadêmicas específicas (estágio obrigatório, Trabalho de Conclusão de Curso e atividades complementares) e disciplinas eletivas. Dessa forma, os Quadros 4 a 8 ilustram carga horária e a lotação de cada componente curricular.

Quadro 4 – Componentes curriculares comuns à Universidade.

Disciplinas	CHT	CHP	CH total	Lotação
Eixo temático de formação comum à Universidade	72	-	72	-
Eixo temático de formação comum à Universidade	72	-	72	-
Eixo temático de formação comum à Universidade	72	-	72	-
Total (horas-aula)	216	-	216	-

CHT – Carga horária teórica (horas-aula); CHP – carga horária prática (horas-aula); CH total – carga horária total (horas-aula).

Quadro 5 – Componentes curriculares comuns à área de formação.

Disciplinas	CHT	CHP	CH total	Lotação
Educação Especial	72	-	72	FAED
Educação em Direitos Humanos	72	-	72	FCH
Laboratório de Textos Científicos I	36	36	72	FACALE
Tópicos em Cultura e Diversidade Étnico-Racial	72	-	72	FCH
Total (horas-aula)	252	36	288	-

CHT – Carga horária teórica (horas-aula); CHP – carga horária prática (horas-aula); CH total – carga horária total (horas-aula); FACALE – Faculdade de Comunicação, Artes e Letras; FAED – Faculdade de Educação; FCH – Faculdade de Ciências Humanas.

Quadro 6 – Componentes curriculares específicos à área de formação.

Disciplinas	CH T	CH P	CH total	Lotação
Anatomia Humana	45	45	90	FCS
Atividade Física e Saúde	54	18	72	FAED
Bases Fisiológicas aplicadas à Educação Física I	72	-	72	FAED
Bases Fisiológicas aplicadas à Educação Física II	54	18	72	FAED
Cinesiologia	54	18	72	FAED
Crescimento e Desenvolvimento Motor	72	-	72	FAED
Didática da Educação Física	36	36	72	FAED
Educação Física Adaptada	45	45	90	FAED
Educação Física e Socorros de Urgência	36	18	54	FCS
Educação Física na Educação Infantil	54	18	72	FAED
Educação Física no Ensino Fundamental	54	18	72	FAED

Educação Física no Ensino Médio	54	18	72	FAED
Fundamentos de Didática	72	-	72	FAED
Fundamentos Históricos da Motricidade Humana	54	-	54	FAED
Ginástica Geral	45	45	90	FAED
Libras – Língua Brasileira de Sinais	54	18	72	EAD
Medidas e Avaliação na Educação Física	36	36	72	FAED
Métodos e Técnicas de Pesquisa	54	18	72	FAED
Organização de Eventos Esportivos	45	45	90	FAED
Política e Gestão Educacional	72	-	72	FAED
Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	72	-	72	FAED
Teoria da Educação Física	54	-	54	FAED
Teoria do Treinamento Físico	54	18	72	FAED
Teoria e Prática dos Esportes Aquáticos	45	45	90	FAED
Teoria e Prática dos Esportes Coletivos I	45	45	90	FAED
Teoria e Prática dos Esportes Coletivos II	45	45	90	FAED
Teoria e Prática dos Esportes Coletivos III	45	45	90	FAED
Teoria e Prática dos Esportes Coletivos IV	45	45	90	FAED
Teoria e Prática dos Esportes Individuais	45	45	90	FAED
Total (horas-aula)	1512	702	2214	-

CHT – Carga horária teórica (horas-aula); CHP – carga horária prática (horas-aula); CH total – carga horária total (horas-aula); EAD – Faculdade de Educação a Distância; FAED – Faculdade de Educação; FCS – Faculdade de Ciências da Saúde.

Quadro 7 – Atividades acadêmicas específicas.

Disciplinas	CHT	CHP	CH total	Lotação
Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento	240	-	240	FAED
Estágio na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	-	162	162	FAED
Estágio no Ensino Fundamental	-	162	162	FAED
Estágio no Ensino Médio	-	162	162	FAED
Trabalho de Conclusão de Curso I	72	-	72	FAED
Trabalho de Conclusão de Curso II	72	-	72	FAED
Total (horas-aula)	384	486	870	FAED

CHT – Carga horária teórica (horas-aula); CHP – carga horária prática (horas-aula); CH total – carga horária total (horas-aula); FAED – Faculdade de Educação.

Quadro 8 – Disciplinas eletivas ofertadas pelo Curso de Educação Física da Faculdade de Educação.

	CHT	CHP	CH Total	Lotação
Aprendizagem e Controle motor	72	-	72	FAED
Artes Marciais	45	45	90	FAED
Corpo, Corporeidade e Culturas	72	-	72	FAED

Educação a Distância	36	72	108	FAED
Educação e Tecnologias da Informação e da Comunicação	36	72	108	FAED
Ética Profissional em Educação Física	72	-	72	FAED
Expressões Rítmicas Corporais	45	45	90	FAED
Recreação e Lazer	45	45	90	FAED
Temas Emergentes em Educação Física	90	-	90	FAED
Tópicos Especiais em Educação Física Escolar e Esportes	72	-	72	FAED
Tópicos Especiais em Educação Física Escolar e Saúde	72	-	72	FAED
Total (horas-aula)	657	279	936	FAED

CHT – Carga horária teórica (horas-aula); CHP – carga horária prática (horas-aula); CH total – carga horária total (horas-aula); FAED – Faculdade de Educação.

8.1 Componentes curriculares comuns à Universidade

Com base no Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UFGD e na Resolução COUNI/UFGD nº 54/2013, de 03 de junho de 2013, a FAED ofertará a cada ano letivo, no mínimo, quatro disciplinas que compõem os componentes curriculares comuns à Universidade. Por sua vez, o discente deverá cursar, pelo menos, três componentes à sua escolha, com a recomendação de cursar um por semestre, na primeira metade do curso. Seguem as disciplinas que compõem a lista de componentes curriculares comuns à Universidade, sendo que todas têm 72 horas-aula de carga horária teórica, o que equivale a 60 horas-relógio:

- Alimentação Saudável: da produção ao consumo;
- Apreciação Artística na Contemporaneidade;
- Ciência e Cotidiano;
- Conhecimento e Tecnologias;
- Corpo, Saúde e Sexualidade;
- Direitos Humanos, Cidadania e Diversidades;
- Economias Regionais, Arranjos Produtivos e Mercados;
- Educação, Sociedade e Cidadania;
- Ética e Paradigmas do Conhecimento;
- Interculturalidade e Relações Étnico-Raciais;
- Linguagens, Lógica e Discurso;
- Sociedade, Meio Ambiente e Sustentabilidade;

- Sustentabilidade na Produção de Alimentos e de Energia;
- Tecnologia de Informação e Comunicação;
- Território e Fronteiras.

8.2 Componentes curriculares comuns à área de formação

A área de *Ciências Humanas, Educação e Linguagens* é constituída pelos cursos de Licenciatura em Educação Física (FAED), Pedagogia (FAED), Letras (FACALE), Artes Cênicas (FACALE), História (FCH), Geografia (FCH), Ciências Sociais (FCH) e Psicologia (FCH). Desse modo, todos esses cursos têm, na formação inicial de seus alunos, um conjunto de quatro disciplinas comuns, que todos deverão cursar, preferivelmente, até o sexto semestre do curso. Seguem as disciplinas que compõem a lista de componentes curriculares comuns à área de formação, sendo que todas têm 72 horas-aula de carga horária teórica, o que equivale a 60 horas-relógio:

- Educação em Direitos Humanos;
- Educação Especial;
- Laboratório de Textos Científicos I;
- Tópicos em Cultura e Diversidade Étnico-Racial.

8.3 Componentes curriculares específicos à área de formação

Com base na Resolução CNE/CES nº 7/2004, de 31 de março de 2004, os componentes curriculares específicos à área de formação envolvem as seguintes dimensões de conhecimento:

- **Biológica:** Anatomia Humana, Atividade Física e Saúde, Bases Fisiológicas aplicadas à Educação Física I, Bases Fisiológicas aplicadas à Educação Física II, Cinesiologia, Crescimento e Desenvolvimento Motor, Educação Física e Socorros de Urgência;
- **Social:** Fundamentos Históricos da Motricidade Humana, Política e Gestão Educacional, Teoria da Educação Física;

- Cultura do movimento humano: Ginástica Geral, Teoria e Prática dos Esportes Aquáticos, Teoria e Prática dos Esportes Coletivos I, Teoria e Prática dos Esportes Coletivos II, Teoria e Prática dos Esportes Coletivos III, Teoria e Prática dos Esportes Coletivos IV, Teoria e Prática dos Esportes Individuais;
- Didática-pedagógica: Didática da Educação Física, Educação Física na Educação Infantil, Educação Física no Ensino Fundamental, Educação Física no Ensino Médio, Estágio na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Estágio no Ensino Fundamental, Estágio no Ensino Médio, Fundamentos de Didática, Libras, Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem;
- Técnica-instrumental: Medidas e Avaliação na Educação Física, Métodos e Técnicas de Pesquisa, Organização de Eventos Esportivos, Teoria do Treinamento Físico.

8.4 Atividades acadêmicas específicas

Conforme o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UFGD, as atividades acadêmicas específicas compreendem as atividades complementares, os estágios obrigatórios e o trabalho de conclusão de curso. Tais atividades têm o propósito de assegurar a indissociabilidade dos conhecimentos teóricos com a prática docente.

8.4.1 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Com base na Resolução CNE/CP nº 2, de 01 de julho de 2015, buscando o enriquecimento curricular, para concluir o Curso, o discente deverá realizar 240 horas-aula (200 horas-relógio) de Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento (ATPA) em áreas específicas de seu interesse até o final do Curso. Estas podem envolver iniciação científica, iniciação à docência, extensão, monitoria, estágio não-obrigatório, participação em congressos, entre outras opções. A ATPA possui regulamento próprio para o aproveitamento de atividades complementares, o qual pode ser acessado pela página da UFGD/COGRAD.

8.4.2 ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Com base na Resolução CNE/CP nº 2, de 01 de julho de 2015, para concluir o Curso, o discente deverá realizar 486 horas-aula (405 horas-relógio) de estágio

obrigatório. Este, para uma melhor organização, é dividido em três com uma carga horária de 162 horas-aula (135 horas-relógio) cada um: (I) Estágio na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, (II) Estágio no Ensino Fundamental e (III) Estágio no Ensino Médio.

Com o propósito de garantir um estágio com melhor aproveitamento pelo discente, o primeiro estágio – *Estágio na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental* – é ofertado no quinto semestre, conforme a matriz curricular, e tem como pré-requisito a aprovação nas disciplinas *Educação Física na Educação Infantil* e *Educação Física no Ensino Fundamental*. Já a disciplina de *Estágio no Ensino Fundamental* é ofertada no sexto semestre, conforme a matriz curricular, e tem como pré-requisito a aprovação na disciplina *Educação Física no Ensino Fundamental*. Por sua vez, o *Estágio no Ensino Médio* é ofertado no sétimo semestre, conforme a matriz curricular, e tem como pré-requisito a aprovação na disciplina *Educação Física no Ensino Médio*. Além disso, os estágios obrigatórios do Curso apresentam regulamento próprio, o qual pode ser acessado pela página da UFGD/COGRAD.

O Curso tem uma Comissão de Estágio Supervisionado (COES) que é responsável pela condução do estágio, de forma a desenvolver ações de acompanhamento, supervisão, execução e avaliação, e implementando as políticas institucionais, conforme previsto no Regulamento Geral dos Cursos de Graduação. A partir disso, a COES deve regulamentar também a redução de carga horária dos estágios com base nas experiências anteriores dos alunos enquanto docentes e os estágios não-obrigatório nas áreas compatíveis com a formação do aluno.

8.4.3 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O trabalho de conclusão de curso é realizado ao longo de duas disciplinas: *Trabalho de Conclusão de Curso I* e *Trabalho de Conclusão de Curso II*, cada disciplina com 72 horas-aula (60 horas-relógio). A primeira disciplina é ofertada no sexto semestre, conforme a matriz curricular, e tem como pré-requisito a aprovação nas disciplinas *Métodos e Técnicas de Pesquisa* e *Laboratório de Textos Científicos I*. A segunda disciplina é ofertada no sétimo semestre, conforme a matriz curricular, e tem como pré-requisito a aprovação na disciplina de *Trabalho de Conclusão de Curso I*. O trabalho de conclusão de curso apresenta regulamento próprio, o qual pode ser acessado pela página da UFGD/COGRAD.

8.5 Disciplinas eletivas

Segundo o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UFGD, todos os alunos devem cursar, no mínimo, 324 horas-aula (270 horas-relógio) de disciplinas eletivas para integralização curricular. Portanto, o Curso de Licenciatura em Educação Física apresenta uma lista de disciplinas eletivas (ver Quadro 8). Além disso, é importante destacar que – conforme o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UFGD e as Resoluções COUNI/UFGD nº 54/2013, de 03 de junho de 2013, e CEPEC/UFGD nº 95/2014, de 24 de junho de 2014 – os discentes poderão:

- Ao solicitar aproveitamento de estudos, as disciplinas cursadas não aproveitadas como obrigatórias poderão ser aproveitadas como eletivas;
- Os eixos temáticos comuns à Universidade cursados, além do número previsto na estrutura curricular do Curso, poderão ser convertidos em disciplinas eletivas;
- O aluno poderá utilizar até 288 horas-aula (240 horas-relógio) no cumprimento da carga horária de disciplinas eletivas, em decorrência de sua participação em programas ou em projetos institucionais da Universidade.

8.6 Prática como componente curricular

Além das atividades complementares, dos estágios obrigatórios e do trabalho de conclusão de curso, a indissociabilidade entre teoria e prática também é assegurada por meio da prática como componente curricular, buscando o desenvolvimento, o amadurecimento e a sensibilização do discente para as atividades profissionais. Para isso, a prática como componente curricular, inserida em diferentes conteúdos curriculares, é vivenciada em distintos contextos de aplicação acadêmico-profissional ao longo de todo o Curso por meio do trabalho da reflexão sobre a atividade profissional.

A partir da Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, a prática como componente curricular pode ser desenvolvida de duas formas:

- 1) Por meio de situações práticas contextualizadas, nas quais os discentes são instigados a observar e a refletir, com o registro adequado dessas observações e a resolução dessas situações;

2) Por meio da reflexão a partir de vídeos, narrativas orais ou escritas de professores, produções de alunos, situações simuladoras e estudos de caso.

O exercício da prática como componente curricular é considerado como um meio gradativo de aproximar o aluno com a atividade profissional, facilitando o desenvolvimento dos estágios obrigatórios e da inserção profissional do futuro professor (MARCON; NASCIMENTO; GRAÇA, 2007). Portanto, várias disciplinas, desde o início do Curso, desenvolvem a prática a partir das duas formas citadas. No entanto, além dessa prática ser trabalhada quando o aluno assume o papel de professor entre seus colegas, uma maior aproximação com o contexto profissional real é estimulada quando os alunos ministram aulas para a comunidade, proporcionando um processo de ensino-aprendizagem mais rico como Marcon, Nascimento e Graça (2007) observaram em seu estudo. Com base nisso, a prática como componente curricular é estimulada, principalmente, nas disciplinas da cultura corporal do movimento humano, sendo – obrigatoriamente – destinada uma carga horária de 18 horas-aula para o desenvolvimento de um projeto junto à comunidade, interna ou externa à Universidade. Entre diferentes possibilidades, esse projeto pode envolver uma atividade de campo, fora da Universidade.

Para resumir, o Quadro 9 ilustra as disciplinas obrigatórias do Curso e a carga horária destinada para a prática como componente curricular. Pode ser observado que a carga horária destinada à prática como componente curricular está de acordo com o Parecer CNE/CES nº 58/2004, de 18 de fevereiro de 2004, com a Resolução CNE/CES nº 7/2004, de 31 de março de 2004 e com a Resolução CNE/CP nº 2, de 01 de julho de 2015.

Quadro 9 – Carga horária destinada à prática como componente curricular das disciplinas e os semestres ideais para que as mesmas sejam cursadas.

Disciplinas	Semestre ideal	Carga horária em hora-aula (hora-relógio)
Atividade Física e Saúde	7	12 (10)
Bases Fisiológicas aplicadas à Educação Física I	2	12 (10)
Bases Fisiológicas aplicadas à Educação Física II	3	12 (10)
Crescimento e Desenvolvimento Motor	1	12 (10)
Cinesiologia	3	12 (10)

Didática da Educação Física	3	36 (30)
Educação Física Adaptada	6	36 (30)
Educação Física na Educação Infantil	4	18 (15)
Educação Física no Ensino Fundamental	4	18 (15)
Educação Física no Ensino Médio	6	18 (15)
Ginástica Geral	2	36 (30)
Medidas e Avaliação na Educação Física	5	12 (10)
Organização de Eventos Esportivos	8	36 (30)
Teoria do Treinamento Físico	6	12 (10)
Teoria e Prática dos Esportes Aquáticos	4	36 (30)
Teoria e Prática dos Esportes Coletivos I	2	36 (30)
Teoria e Prática dos Esportes Coletivos II	4	36 (30)
Teoria e Prática dos Esportes Coletivos III	3	36 (30)
Teoria e Prática dos Esportes Coletivos IV	5	36 (30)
Teoria e Prática dos Esportes Individuais	1	36 (30)
Total		498 (415)

8.7 Carga horária para a integralização do Curso

O Quadro 10 ilustra a carga horária necessária para a integralização curricular, considerando os componentes curriculares descritos anteriormente segundo o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UFGD.

Quadro 10 – Carga horária necessária de cada componente curricular para a integralização do Curso de Licenciatura em Educação Física.

Componente curricular	Carga horária em hora-aula (hora-relógio)
Comuns à Universidade	216 (180)
Comuns à área de formação	288 (240)
Específicos da área de formação	2214 (1845)
Atividades complementares	240 (200)
Estágio obrigatório	486 (405)
Trabalho de conclusão de curso	144 (120)
Disciplinas eletivas	324 (270)
Total	3912 (3260)

8.8 Matriz curricular

Segue a matriz curricular ideal para ser cumprida ao longo de oito semestres:

PRIMEIRO SEMESTRE

Disciplinas	Carga horária em hora-aula		
	Teórica	Prática	Total
Anatomia Humana	45	45	90
Crescimento e Desenvolvimento Motor	72	-	72
Educação em Direitos Humanos	72	-	72
Eixo temático de formação comum à Universidade I	72	-	72
Fundamentos Históricos da Motricidade Humana	54	-	54
Teoria e Prática dos Esportes Individuais	45	45	90
Total			450

SEGUNDO SEMESTRE

Disciplinas	Carga horária em hora-aula		
	Teórica	Prática	Total
Bases Fisiológicas Aplicadas à Educação Física I	72	-	72
Eixo temático de formação comum à Universidade II	72	-	72
Fundamentos de Didática	72	-	72
Ginástica Geral	45	45	90
Teoria da Educação Física	54	-	54
Teoria e Prática dos Esportes Coletivos I	45	45	90
Total			450

TERCEIRO SEMESTRE

Disciplinas	Carga horária em hora-aula		
	Teórica	Prática	Total
Bases Fisiológicas Aplicadas à Educação Física II	54	18	72
Eixo temático de formação comum à Universidade III	72	-	72
Didática da Educação Física	36	36	72
Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	72	-	72
Teoria e Prática dos Esportes Coletivos III	45	45	90
Cinesiologia	54	18	72
Total			450

QUARTO SEMESTRE

Disciplinas	Carga horária em hora-aula		
	Teórica	Prática	Total
Educação Física na Educação Infantil	54	18	72
Educação Física no Ensino Fundamental	54	18	72
Laboratório de Textos Científicos I	72	-	72
Política e Gestão Educacional	72	-	72
Teoria e Prática dos Esportes Aquáticos	45	45	90
Teoria e Prática dos Esportes Coletivos II	45	45	90
Total			468

QUINTO SEMESTRE

Disciplinas	Carga horária em hora-aula		
	Teórica	Prática	Total
Educação Especial	72	-	72
Educação Física e Socorros de Urgência	36	18	54
Estágio na Educação Infantil	-	162	162
Métodos e Técnicas de Pesquisa	54	18	72
Medidas e Avaliação na Educação Física	36	36	72
Teoria e Prática dos Esportes Coletivos IV	45	45	90
Total			522

SEXTO SEMESTRE

Disciplinas	Carga horária em hora-aula		
	Teórica	Prática	Total
Educação Física no Ensino Médio	54	18	72
Educação Física Adaptada	45	45	90
Estágio no Ensino Fundamental	-	162	162
Trabalho de Conclusão de Curso I	72	-	72
Teoria do Treinamento Físico	54	18	72
Tópicos em Cultura e Diversidade Étnico-racial	72	-	72
Total			540

SÉTIMO SEMESTRE

Disciplinas	Carga horária em hora-aula		
	Teórica	Prática	Total
Atividade Física e Saúde	54	18	72
Disciplina eletiva I	-	-	90
Estágio no Ensino Médio	-	162	162
Disciplina eletiva II	-	-	72
Libras – Língua Brasileira de Sinais	54	18	72
Trabalho de Conclusão de Curso II	72	-	72
Total			540

OITAVO SEMESTRE

Disciplinas	Carga horária em hora-aula		
	Teórica	Prática	Total
Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento	240	-	240
Disciplina eletiva III	-	-	72
Disciplina eletiva IV	-	-	90
Organização de Eventos Esportivos	45	45	90
Total			492

O Quadro 11 apresenta a soma das cargas horárias dos semestres considerando a matriz curricular ideal.

Quadro 11 – Carga horária por semestre e total, considerando a matriz curricular ideal.

Semestre	Carga horária em hora-aula (hora-relógio)
Primeiro	450 (375)
Segundo	450 (375)
Terceiro	450 (375)
Quarto	468 (390)
Quinto	522 (435)
Sexto	540 (450)
Sétimo	540 (450)
Oitavo	492 (410)
Total	3912 (3260)

8.9 Pré-requisitos

Para uma maior flexibilização do currículo e, ao mesmo tempo, garantir qualidade, as disciplinas de estágio obrigatório e de Trabalho de Conclusão de Curso apresentam pré-requisitos conforme pode ser observado no Quadro 12.

Quadro 12 – Lista de pré-requisitos.

Disciplina	Pré-requisito
Estágio na Educação Infantil e nos Anos	Educação Física na Educação Infantil
Iniciais do Ensino Fundamental	Educação Física no Ensino Fundamental
Estágio no Ensino Fundamental	Educação Física no Ensino Fundamental
Estágio no Ensino Médio	Educação Física no Ensino Médio
Trabalho de Conclusão de Curso I	Laboratório de Textos Científicos I
	Métodos e Técnicas de Pesquisa
Trabalho de Conclusão de Curso II	Trabalho de Conclusão de Curso I

8.10 Equivalência das disciplinas do Curso

Considerando que a matriz curricular, apresentada neste PPC, é fruto do aperfeiçoamento das matrizes curriculares anteriores, faz-se necessário uma lista (Quadro 13) de equivalência das disciplinas do Curso que são modificadas (seja nome e/ou carga horária), mas que apresentam ementas semelhantes.

Quadro 13 – Lista de equivalência das disciplinas do Curso de Licenciatura em Educação Física, em que CH total é a carga horária total em horas-aula.

Matrizes anteriores		Matriz proposta	
Disciplina	CH total	Disciplina	CH total
Anatomia Humana I	54	Anatomia Humana	90
Anatomia Humana II	54		
Anatomia Humana	108	Anatomia Humana	90
Cinesiologia	54	Cinesiologia	72
Crescimento e Desenvolvimento Humano	54	Crescimento e Desenvolvimento Motor	72
Educação Física Adaptada	54	Educação Física Adaptada	90
Educação Física e Socorros de Urgência	36	Educação Física e Socorros de Urgência	54
Educação Física na Educação Infantil e nos Anos iniciais do Ensino Fundamental	72	Educação Física na Educação Infantil	72
Educação Física nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio	90	Educação Física no Ensino Fundamental	72
		Educação Física no Ensino Médio	72
Estágio Supervisionado e Prática de Ensino de Educação Física na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	180	Estágio na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	162
Estágio Supervisionado de Educação Física na Educação Infantil	162	Estágio na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	162
Estágio Supervisionado e Prática de Ensino de Educação Física nos Anos Finais do Ensino Fundamental	180	Estágio no Ensino Fundamental	162
Estágio Supervisionado de Educação Física no Ensino Fundamental	162	Estágio no Ensino Fundamental	162
Estágio Supervisionado e Prática de Ensino de Educação Física no Ensino Médio	180	Estágio no Ensino Médio	162
Estágio Supervisionado de Educação Física no Ensino Médio	162	Estágio no Ensino Médio	162
Fisiologia Humana e do Exercício	90	Bases Fisiológicas Aplicadas à Educação Física I	72

		Bases Fisiológicas Aplicadas à Educação Física II	72
Ginástica na Escola	54	Ginástica Geral	90
Ginástica Geral	108	Ginástica Geral	90
Medidas e Avaliação na Educação Física	36	Medidas e Avaliação em Educação Física	72
Normas Jurídicas Legais da Educação Brasileira	72	Política e Gestão Educacional	72
Organização de Eventos Esportivos	36	Organização de Eventos Esportivos	90
Organização de Eventos Esportivos	54	Organização de Eventos Esportivos	90
Prescrição de Exercícios em Educação Física Escolar	36	Atividade Física e Saúde	72
Natação na Escola	72	Teoria e Prática dos Esportes Aquáticos	90
Teoria e Prática dos Esportes Aquáticos	108	Teoria e Prática dos Esportes Aquáticos	90
Futebol e Futebol de Salão na Escola	72	Teoria e Prática dos Esportes Coletivos I	90
Teoria e Prática dos Esportes Coletivos I	108	Teoria e Prática dos Esportes Coletivos I	90
Handebol na Escola	72	Teoria e Prática dos Esportes Coletivos II	90
Teoria e Prática dos Esportes Coletivos II	108	Teoria e Prática dos Esportes Coletivos II	90
Basquetebol na Escola	72	Teoria e Prática dos Esportes Coletivos III	90
Teoria e Prática dos Esportes Coletivos III	108	Teoria e Prática dos Esportes Coletivos III	90
Voleibol na Escola	72	Teoria e Prática dos Esportes Coletivos IV	90
Teoria e Prática dos Esportes Coletivos IV	108	Teoria e Prática dos Esportes Coletivos IV	90
Atletismo na Escola	72	Teoria e Prática dos Esportes Individuais	90
Teoria e Prática dos Esportes Individuais	108	Teoria e Prática dos Esportes Individuais	90
Teoria do Treinamento Escolar	54	Teoria do Treinamento Físico	72
Pesquisa em Educação Física	54	Trabalho de Conclusão de Curso I	72
Trabalho de Graduação I	54	Trabalho de Conclusão de Curso I	72
Trabalho de Conclusão de Curso I	54	Trabalho de Conclusão de Curso I	72
Trabalho de Graduação	54	Trabalho de Conclusão de Curso II	72
Trabalho de Graduação II	54	Trabalho de Conclusão de Curso II	72

Trabalho de Conclusão de Curso II	54	Trabalho de Conclusão de Curso II	72
-----------------------------------	----	-----------------------------------	----

9. EMENTÁRIOS DOS COMPONENTES CURRICULARES

Seguem os ementários dos componentes curriculares comuns à Universidade e à área de formação, específicos à área de formação, das atividades acadêmicas específicas e das disciplinas eletivas.

9.1 Ementa dos componentes curriculares comuns à Universidade

Conforme a Resolução CEPEC/UFGD nº 14/2014, de 27 de fevereiro de 2014, que aprova alterações nos Componentes Curriculares Comuns à UFGD e em suas ementas, seguem as ementas dos componentes curriculares comuns à Universidade:

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL: da produção ao consumo. Modelos alimentares: dieta ocidental, dieta mediterrânea, dieta vegetariana, dietas alternativas, guia alimentar; Diretrizes para uma alimentação saudável; Elos da cadeia produtiva: produção, indústria, comércio e consumo; Relação da produção de alimentos e alimentação saudável.

APRECIÇÃO ARTÍSTICA NA CONTEMPORANEIDADE. Conceituações de arte; Degustação de obras de arte diversas; Modalidades artísticas; Arte clássica e arte popular; Artes do cotidiano; Engajamento estético, político, ideológico na arte; Valores expressos pela arte.

CIÊNCIA E COTIDIANO. Poder, discurso, legitimação e divulgação da ciência na contemporaneidade; princípios científicos básicos no cotidiano; democratização do acesso à ciência; ficção científica e representações sobre ciência e cientista.

CONHECIMENTO E TECNOLOGIAS. Diferentes paradigmas do conhecimento e o saber tecnológico; conhecimento, tecnologia, mercado e soberania: tecnologia, inovação e propriedade intelectual; tecnologias e difusão do conhecimento; tecnologia, trabalho, educação e qualidade de vida.

CORPO SAÚDE E SEXUALIDADE. Teorias do corpo; Arte e corpo; Corpo: organismo, mercadoria, objeto e espetáculo; O corpo disciplinado, a sociedade do controle e o trabalho; O corpo libidinal e a sociedade; Corpo, gênero e sexualidade.

DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E DIVERSIDADES. Compreensão histórica dos direitos humanos; Multiculturalismo e relativismo cultural; Movimentos sociais e cidadania; Desigualdades e políticas públicas; Democracia e legitimidade do conflito.

ECONOMIAS REGIONAIS, ARRANJOS PRODUTIVOS E MERCADOS. Globalização, produção e mercados; Desenvolvimento e desigualdades regionais; Arranjos produtivos e economias regionais; Regionalismo e Integração Econômica.

EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E CIDADANIA. A educação na formação das sociedades; Educação, desenvolvimento e cidadania; Políticas públicas e participação social; Políticas afirmativas; Avaliação da educação no Brasil; Educação, diferença e interculturalidade.

ÉTICA E PARADIGMAS DO CONHECIMENTO. Epistemologia e paradigmas do conhecimento; conhecimento científico e outras formas de conhecimento; conhecimento, moral e ética; Interface entre ética e ciência; bioética.

INTERCULTURALIDADE E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS. TEORIAS DA ETNICIDADE. Teorias Raciais; Interculturalidade, Diversidade de Saberes e Descolonização dos Saberes; História e Cultura Afrobrasileira em Mato Grosso do Sul; História e Cultura Indígena em Mato Grosso do Sul; Colonialidade e Relações de Poder nas Relações Étnico-raciais; O fenômeno do Preconceito Étnico-racial na Sociedade Brasileira; Políticas Afirmativas e a Sociedade Brasileira.

LINGUAGENS, LÓGICA E DISCURSO. Linguagem, mídia e comunicação; princípios de retórica e argumentação; noções de lógica; diversidade e discursos.

SOCIEDADE, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE. Relações entre sociedade, meio ambiente e sustentabilidade; modelos de desenvolvimento; economia e meio ambiente; políticas públicas e gestão ambiental; responsabilidade social e ambiental; educação ambiental.

SUSTENTABILIDADE NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E ENERGIA. Sustentabilidade econômica, social e ambiental; Uso sustentável de recursos naturais e capacidade de suporte dos ecossistemas; Padrões de consumo e impactos da produção de alimentos e energia; Relação de sustentabilidade nos processos e tecnologias de produção de alimentos e energia; Produção Interligada de Alimentos e Energia.

TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO. Redes De comunicação; Mídias digitais; Segurança da informação; Direito digital; E-science (e-ciência); Cloud Computing; Cidades inteligentes; Bioinformática; Elearning; Dimensões sociais, políticas e econômicas da tecnologia da informação e comunicação; Sociedade do conhecimento, cidadania e inclusão digital; Oficinas e atividades práticas.

TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS. Estado, nação, culturas e identidades; Processos de Globalização/ Mundialização, Internacionalização e Multinacionalização; Espaço econômico mundial; Soberania e geopolítica; Territórios e fronteiras nacionais e étnicas; Fronteiras vivas.

9.2 Ementa dos componentes curriculares comuns à área de formação

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Ementa: Compreensão das bases conceituais dos direitos humanos. Afirmção histórica e internacionalização dos direitos humanos. Direitos Humanos, interculturalidade e reconhecimento. Democracia, ações afirmativas e direitos humanos. Classe, Gênero, Raça/Etnia, Natureza e Meio ambiente na perspectiva dos direitos humanos. Direitos Humanos, violência e punição na contemporaneidade. Cidadania e Direitos humanos no Brasil: avanços e resistências. Princípios pedagógicos e metodológicos para uma educação em e para os direitos humanos.

Bibliografia básica:

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classes social e status**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1967. 220 p.

PIOVESAN, F. **Temas de direitos humanos**. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 608 p.

BENEVIDES, M. V. M.; SCHILLING, F. **Direitos humanos e educação: outras palavras, outra pratica**. São Paulo, SP: Cortez, 2005. 264 p.

Bibliografia complementar:

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 14. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2011. 236 p.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, SP: Ed. 34, 2000. 399 p.

BITTAR, E. C. B. **Ética, educação, cidadania e direitos humanos: estudos filosóficos entre cosmopolitismo e responsabilidade social**. São Paulo: Manole, 2004. 268 p.

DALLARI, D. A. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 2009. 112 p.

VIEIRA, J. C.; PINHEIRO, P. S. M. S. **Democracia e direitos humanos no Brasil**. São Paulo, SP: Loyola, 2005. 153 p.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2006. 348 p.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Ementa: Marcos conceitual, políticos e normativos da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Diversidade, cultura e bilinguismo: implicações no cotidiano escolar. Práticas pedagógicas inclusivas: adequações curriculares, metodológicas e organizacionais do sistema escolar. Transtorno do Espectro do Autismo: definições conceituais, aspectos legais e constructos pedagógicos. A formação de professores em Educação Especial para a inclusão escolar com vistas ao atendimento das pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação nos diferentes níveis de ensino.

Bibliografia básica:

BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração de Pessoas Portadoras de Deficiências. **Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educacionais Especiais**. Brasília: MEC, 1994.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC/SEESP, 1996.

_____. **Inclusão: Direito à diversidade. V. 1, 2, e 3**. Brasília, 2004.

_____. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC; SEESP, 2008.

_____. Lei no. 12.764 de 27 de dezembro de 2012 institui a **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Ministério da Justiça. Brasília, 2012.

BRUNO, M. M. G. **Saberes e Práticas da Inclusão no Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

A construção da Escola Inclusiva: uma análise das políticas públicas e da prática pedagógica no contexto da educação infantil. Ensaios Pedagógicos, Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. MEC/SEESP, Brasília, 2007.

ASSUMPCÃO, JR., F.B.; KUCZYNSKI, E. **Autismo Infantil: novas tendências e perspectivas.** 2ª. Edição. São Paulo: Editora Atheneu, 2015 (Série de Psiquiatria: da infância à adolescência).

SCHWARTZMAN, J., S.; ARAÚJO, C., A. **Transtornos do espectro do autismo.** São Paulo: Memnon, 2011.

Bibliografia complementar:

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. A. (org.). **Desenvolvimento psicológico e educação:** transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Porto Alegre: Artmed editora, 2004.

EMMEL, M. L. G. **Deficiência mental.** In: Escola Inclusiva. PALHARES, M. S.; MARINS, S. C. F. (org.), São Carlos: EdUFSCar, 2002. p. 141-153.

MARCHESI, A.; MARTÍN, E. Da terminologia do distúrbio às necessidades educacionais especiais. In: COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (org.).

Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Tradução Marcos A. G. Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, p. 7-28.

MENDES, E. G. **Inclusão marco zero:** começando pelas/creches. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010.

RODRIGUES, D. (org.) **Inclusão e educação:** doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

SCHMIDT, C. (Org). **Autismo, Educação e Transdisciplinariedade.** São Paulo: Editora Papirus, 2014.

LABORATÓRIO DE TEXTOS CIENTÍFICOS I

Ementa: Leitura, estudo, escrita e reescrita dos seguintes gêneros textuais: esquema, resumo, resenha, fichamento, seminário. Normas da ABNT.

Bibliografia básica:

BLIKSTEIN, I. **Técnicas de comunicação escrita.** 10. São Paulo: Ática, 1992.

FEITOSA, V. C. **Redação de textos científicos.** Campinas: Papirus, 1991.

KOCH, I. G. V. **Coesão textual.** São Paulo: Contexto, 2004.

KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. **A coerência textual.** São Paulo, SP: Contexto, 1990.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica:** a prática de fichamento, resumos, resenhas. São Paulo, SP: Atlas, 1991. 144p.

Bibliografia complementar:

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CARRAHER, D. W. **Senso Crítico:** do dia-a-dia às ciências humanas. São Paulo: Pioneira, 1993.

CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. **Português linguagens: literatura, produção de texto e gramática 1.** São Paulo: Atual, 2004.

FÁVERO, L. L.; KOCH, I. G. V. **Linguística textual:** Introdução. São Paulo: Cortez editora, 2005.

CITELLI, A. **Linguagem e persuasão.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

PLATÃO, F. S.; FIORIN, J. L. **Para atender o texto.** Leitura e redação. 2.ed. São Paulo: Ática, 1991.

MAINGUENEAU, D. **Análises de textos de comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

TÓPICOS EM CULTURA E DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL

Ementa: Cultura, diversidade, pluralismo, identidade e reconhecimento. Introdução à História e cultura africana e afro-brasileira. Cultura, artes e linguagens africanas e afro-brasileiras. Cultura, artes e linguagens indígenas.

Bibliografia básica:

DEL PRIORE, M.; VENÂNCIO, R. **Ancestrais:** Uma introdução à história da África Atlântica. Rio de Janeiro, Editora Atlântica. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2004.

GOHN, M. G. M. **Movimentos sociais no início do século XXI:** antigos e novos atores sociais. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LARAIA, R. B. **Cultura:** um conceito antropológico. 20. ed. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2006.

ROCHA, M. J.; PANTOJA, S (Orgs.). **Rompendo Silêncios:** História da África nos currículos da educação básica. Brasília: DP Comunicações, 2004.

Bibliografia complementar:

AGUIAR, M. M. **A especificidade da ação afirmativa no Brasil:** o caso do centro Nacional de Cidadania Negra em Uberaba-MG. Dourados: Ed. UFGD, 2009.

CUCHE, DENYS. **A noção de cultura nas ciências sociais.** 2 ed. Bauru: Edusc, 2002.

MUNANGA, K. (Org.). **Negritude:** usos e sentidos. 2 ed. São Paulo: Ática, 1988.

NASCIMENTO, A. C. **Escola indígena:** o palco das diferenças. Campo Grande: UCDB, 2004.

PEREIRA, L. M. **Os Terena de Buriti:** formas organizacionais, territorialização e representação da identidade étnica. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2009.

SANTOMÉ, J.T. **As culturas negadas e silenciadas no currículo.** In: SILVA, T.T. (Org.). *Alienígenas em sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação.* Petrópolis: Vozes, 1995.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais.** 4. ed. São Paulo, SP: Loyola, 1993.

9.3 Ementa dos componentes curriculares específicos à área de formação

ANATOMIA HUMANA

Ementa: Introdução ao estudo da anatomia humana, forma, estrutura e localização das principais estruturas que constituem os sistemas corporais, abrangendo os sistemas: circulatório, respiratório, digestório, nervoso, urogenital, tegumentar, endócrino, ótico e auditivo, enfatizando o locomotor: esquelético, articular e muscular.

Bibliografia básica:

DANGELO, J. G.; FATTINI, C. A. **Anatomia Humana:** sistêmica e segmentar. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2011. 757 p.

NETTER, F. H. **Atlas de Anatomia Humana.** 3. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2003. 542 p.

SPENCE, A. P. **Anatomia Humana Básica.** 2. ed. São Paulo, SP: Manole, 1991. 713 p.

Bibliografia complementar:

DRAKE, R. L.; MITCHELL, A. W. M; VOGL, W. **Gray's, anatomia para estudantes.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 1058 p.

HANSEN, J. T. **Anatomia para colorir.** Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2010.

- MACHADO, A. B. M.; HAERTEL, L. M. **Neuroanatomia Funcional**. 3. ed. São Paulo, SP: Atheneu, 2004. 363 p.
- MCMINN, R. M. H.; HUTCHINGS, R. T.; MARKS JR., S. C.; ABRAHAM, P. H. **Atlas colorido de anatomia humana de McMinn**. 4. ed. Barueri: Manole, 2003. 351 p.
- MOORE, K. L.; AGUR, A. M. R; DALLEY, A. F. **Anatomia orientada para a clínica**. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2013. 1104 p.
- ROHEN, J. W.; YO-KOCHI, C.; LUTJE-DRECOLL, E. **Anatomia Humana: Atlas fotográfico de anatomia sistêmica e regional**. 6. ed. São Paulo: Manole, 2007. 532 p.
- SACRAMENTO, A.; CASTRO, L. **Anatomia Básica Aplicada à Educação Física**. 2 ed. Canoas: Editora da Ulbra, 2001.
- SOBOTTA, J. **Atlas de Anatomia Humana**. 23 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, Volumes 1, 2 e 3. 2013.
- TORTORA, G. J.; GRABOWSKI, S. R. **Princípios de Anatomia e Fisiologia**. 9 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
- VALERIUS, K-P. **O Livro dos Músculos: Anatomia funcional dos músculos do aparelho locomotor**. Barueri, SP: Manole, 2005. 420 p.

ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE

Ementa: Definições de atividade física, aptidão física, exercício físico e saúde, e suas relações; as dimensões intervenientes na aptidão física; aptidão física relacionada à saúde: aspectos morfológicos, fisiológicos, funcionais e comportamentais; programas de atividade física relacionados à saúde; saúde na escola.

Bibliografia básica:

- DAVIS, S. E.; DWYER, G. B. **Manual do ACCM para avaliação da aptidão física relacionada a saúde**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 175 p.
- GUEDES, D. P.; GUEDES, J. E. R. **Controle do peso corporal: composição corporal, atividade física e nutrição**. 2. ed. Rio de Janeiro: Shape, 2003. 327 p.
- NIEMAN, D. C. **Exercício e saúde: teste e prescrição de exercícios**. 6. ed. São Paulo : Manole, 2011. 796 p.

Bibliografia complementar:

- BRASIL. **Saúde na escola**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2009. 93 p.
- HOWLEY, E. FRANKS, B. D. **Manual de condicionamento físico**. 5. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2008. 567 p.
- MCARDLE, W. D.; KATCH, V. L.; KATCH, F. I. **Fisiologia do exercício: energia, nutrição e desempenho humano**. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2010. 1061 p.
- OLIVEIRA, D. M.; TOGASHI, G. B. (Org.). **Treinamento físico para a promoção da saúde e condições especiais**. Curitiba: Editora e Livraria Appris, 2017. 308 p.
- PITANGA, F. J. G. **Testes, medidas e avaliação em educação física e esportes**. 5. ed. São Paulo: Phorte, 2008. 223 p.
- POWERS, S. K.; HOWLEY, E. T. **Fisiologia do Exercício: teoria e aplicação ao condicionamento físico e ao desempenho**. 8. ed. Barueri: Manole, 2014. 650 p.

BASES FISIOLÓGICAS APLICADAS A EDUCAÇÃO FÍSICA I

Ementa: Definição de fisiologia humana. Neurofisiologia e o exercício. Fisiologia cardiovascular e o exercício. Fisiologia respiratória e o exercício. Fisiologia renal e o exercício. Fisiologia endócrina e o exercício. Fisiologia digestória e o exercício.

Bibliografia básica:

- COSTANZO, L. S. **Fisiologia**. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2014. 502 p.

GUYTON, A. C.; HALL, J. E. **Tratado de fisiologia médica**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2006. 1115 p.

MCARDLE, W. D.; KATCH, V. L.; KATCH, F. I. **Fisiologia do exercício: energia, nutrição e desempenho humano**. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2010. 1061 p.

Bibliografia complementar:

AIRES, M. M. **Fisiologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991. 795 p.

BERNE, R. M. **Fisiologia**. 5. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 1082p.

DOUGLAS, C. R. **Fisiologia aplicada à nutrição**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2006. 1074 p.

DOUGLAS, C. R. **Tratado de fisiologia aplicada as ciências médicas**. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 1404 p.

PEREIRA, B.; SOUZA JUNIOR, T. P. **Metabolismo celular e exercício físico: aspectos bioquímicos e nutricionais**. 2. ed. São Paulo: Phorte, 2007. 232 p.

BASES FISIOLÓGICAS APLICADAS A EDUCAÇÃO FÍSICA II

Ementa: Bioenergética. Capacidades aeróbias e anaeróbias. Testes físicos. Exercício físico e o estresse ambiental. Recursos ergogênicos. Exercício físico e a criança e o adolescente.

Bibliografia básica:

MCARDLE, W. D.; KATCH, V. L.; KATCH, F. I. **Fisiologia do exercício: energia, nutrição e desempenho humano**. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2010. 1061 p.

POWERS, S. K.; HOWLEY, E. T. **Fisiologia do exercício: Teoria e aplicação ao condicionamento físico e ao desempenho**. 8. ed. Barueri: Manole, 2014. 650 p.

WILMORE, J. H.; KENNEY, W. L.; COSTILL, D. L. **Fisiologia do esporte e do exercício**. 5. ed. Barueri: Manole, 2013. 620 p.

Bibliografia complementar:

BROWN, L. E. **Treinamento de força**. São Paulo: Manole, 2008. 369 p.

DAVIS, S. E.; DWYER, G. B. **Manual do ACCM para avaliação da aptidão física relacionada à saúde**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 175 p.

HOWLEY, E. T.; FRANKS, B. **Manual de condicionamento físico**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. 567 p.

KISS, M. A. **Esporte e exercício: avaliação e prescrição**. São Paulo: Roca, 2003. 407 p.

PITANGA, F. J. G. **Testes, medidas e avaliação em educação física e esportes**. 5. ed.. São Paulo: Phorte, 2008. 223 p.

CINESIOLOGIA

Ementa: Estudo da fisiologia neuromuscular, da anatomia musculoesquelética e da biomecânica para a análise do movimento humano, contribuindo para a prescrição de exercício físico a partir da compreensão da cinesiologia.

Bibliografia básica:

FLOYD, R. T. **Manual de cinesiologia estrutural**. 16. ed. Barueri: Manole, 2011. 422 p.

POWERS, S. K.; HOWLEY, E. T. **Fisiologia do exercício: Teoria e aplicação ao condicionamento físico e ao desempenho**. 8. ed. Barueri: Manole, 2014. 650 p.

RASCH, P. J. **Cinesiologia e anatomia aplicada**. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 1991. 204 p.

Bibliografia complementar:

HALL, S. J. **Biomecânica Básica**. 5. ed. São Paulo, SP: Manole, 2009. 542 p.

HAMILL, J.; KNUTZEN, K. M. **Bases biomecânicas do movimento humano**. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2008. 494 p.

LIMA, C. S.; PINTO, R. S. **Cinesiologia e musculação**. Porto Alegre: Artmed, 2008. 187 p.

MARCHETTI, P.; CALHEIROS, R.; CHARRO, M. **Biomecânica aplicada: uma abordagem para o treinamento de força**. São Paulo: Phorte, 2007. 287 p.

CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO MOTOR

Ementa: Fatores determinantes no crescimento e no desenvolvimento do ser humano. As gradações relativas às fases de crescimento. Relações entre o desenvolvimento físico, motor e emocional. Introdução ao desenvolvimento motor. Características da maturação e do crescimento físico. Fases e estágios do desenvolvimento motor e desvios. As atividades motoras e suas implicações no processo de desenvolvimento da criança. As adequações das práticas corporais às diferentes faixas maturacionais.

Bibliografia básica:

BEE, H. **A criança em desenvolvimento**. 9. ed. Porto Alegre: Artes Medicas, 2008. 612 p.

GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C.; GOODWAY, J. D. **Compreendendo o Desenvolvimento Motor: Bebês, Crianças, Adolescentes e Adultos**. AMGH, 2013

HAYHOOD, K. M.; GETCHELL, N. **Desenvolvimento motor ao longo da vida**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 407 p.

Bibliografia complementar:

HURTADO, J. G. G. M. **Educação física pré-escolar e escolar 1ª a 4ª série: uma abordagem psicomotora**. 2. ed. Curitiba, PR: Educa, 1983. 170 p.

MOORE, K. L.; PERSAUD, T. V. N. **Embriologia básica**. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2000. 453 p.

ROSA, M. **Psicologia evolutiva**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

DIDÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Ementa: Introdução ao estudo da didática da Educação Física. As distintas concepções de ensino em Educação Física Escolar. Currículo, planejamentos anual, plano de ensino, plano de aula.

Bibliografia básica:

BARBOSA, C. L. A. **Educação física e didática: um diálogo possível e necessário**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 182 p.

CAPARROZ, F. E. **Entre a educação física na escola e a educação física da escola: A educação física como componente curricular**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. 189 p.

LIBANEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2012. 261 p.

Bibliografia complementar:

DARIDO, S. C.; SOUZA JUNIOR, O. M. **Para ensinar educação física: Possibilidades de intervenção na escola**. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2009. 349 p.

KUNZ, E. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. 8. ed. Ijuí: Unijui, 2014. 152 p.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 296 p.

SOARES, C. L. *et al.* **Metodologia do ensino de educação física**. 2.ed. São Paulo : Cortez, 2014. 200 p.

EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA

Ementa: Aspectos históricos da atividade motora adaptada. Adaptações e estratégias para o trabalho com atividade motora adaptada. Inclusão escolar e Educação Física. Esporte paralímpico como fenômeno da contemporaneidade.

Bibliografia básica:

ARAÚJO, P. F. **Desporto Adaptado no Brasil**. São Paulo: Phorte, 2011.

GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F (Orgs.). **Educação Física Adaptada**. São Paulo: Manole, 2004.

GORLA, J. I.; OLIVEIRA, L. Z.; CAMPANA, M. B. **Teste e avaliação em esporte adaptado**. São Paulo: Phorte, 2009.

Bibliografia complementar:

CASTRO, E. **Atividade Física Adaptada**. Ribeirão Preto. São Paulo, Tecmed, 2005.

MARQUES, R. F. R.; GUTIERREZ, G. L. **O esporte paralímpico no Brasil**. São Paulo: Phorte, 2014.

SILVA, R. F.; SEABRA JUNIOR, L.; ARAÚJO, P. F. **Educação Física Adaptada: da história a inclusão educacional**. São Paulo: Phorte, 2008.

TEIXEIRA, L. **Atividade Física Adaptada e Saúde**. São Paulo: Phorte, 2008.

Disciplina: EDUCAÇÃO FÍSICA E SOCORROS DE URGÊNCIA

Ementa: Socorros imediatos nas aulas de Educação Física Escolar. Definição de urgência. Atestado médico do discente como salvaguarda do docente. Cuidados especiais, procedimentos gerais e procedimentos específicos ante ocorrências imprevistas durante a prática desportiva. Os materiais para socorros de urgência: organização, manejo e utilização. Procedimentos imediatos perante distúrbios orgânicos oriundos de condições extremas de temperatura, transporte de pessoas feridas, lesionadas ou inconscientes.

Bibliografia básica:

GARCIA, S. B. **Primeiros Socorros: Fundamentos e Práticas na Comunidade, no Esporte e no Ecoturismo**. São Paulo: Atheneu, 2001.

GONÇALVES, A. *et al.* **Saúde Coletiva e urgência em Educação Física e Esportes**. Campinas: Papirus, 1997.

NOVAES, J. S. **Manual de Primeiros Socorros para a Educação Física**. Rio de Janeiro, Sprint, 2004.

Bibliografia complementar:

COLÉGIO AMERICANO DE CIRURGIÕES - COMITÊ DE TRAUMA. **Suporte avançado de vida no trauma para médicos - ATLS: manual do curso para alunos**. 8. ed. Chicago, USA: American College of Surgeons, 2008. 366 p.

GALVÃO-ALVES, J. **Emergências clínicas**. Rio de Janeiro: Rubio, 2007. 898 p.

MARTINS, H. S. *et al.* **Pronto-socorro: diagnóstico e tratamento em emergências**. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2008. 2178 p.

MARTINS, H. S; BRANDÃO NETO, R. A.; VELASCO, I. T. **Emergências clínicas: abordagem prática**. 10. ed. Barueri, SP: Manole, 2015. 1402 p.

MOORE, K. L.; AGUR, A. M. R.; DALLEY, A. F. **Anatomia orientada para a clínica**. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2013. 1104 p.

TIMERMANN, S. *et al.* **Suporte básico e avançado de vida em emergências**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2000. 753 p.

EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ementa: As atividades motoras e a ludicidade na infância. As aulas de Educação Física na perspectiva da cultura infantil. A criança como ser capaz e histórico. Motricidade versus sedentarismo infantil. Jogos e brincadeiras na Educação Física Infantil.

Bibliografia básica:

GALLAHUE, D. L.; DONELLY, F. C. **Educação física desenvolvimentista para todas as crianças**. 4. ed. São Paulo: Phorte, 2008. 723 p.

MATTOS, M. G.; NEIRA, M. G. **Educação física infantil: construindo o movimento na escola**. 7. ed. São Paulo: Phorte, 2008. 130 p.

RANGEL, I. C. A.; DARIDO, S. C. **Educação física na escola: Implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2011. 292 p.

Bibliografia Complementar:

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

FREIRE, J. B.; SCAGLIA, A. **Educação como prática corporal**. São Paulo: Scipione, 2003.

LORO, A. P. **Formação de professores e representações sobre o brincar**. São Paulo: Ícone Editora, 2010.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. 15. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2010. 136 p.

MARCELLINO, N. C. **Repertório de atividades de recreação e lazer**. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

RODRIGUEZ C. G. **Educação física infantil: Motricidade de 1 a 6 anos**. São Paulo: Phorte, 2004.

TAVARES, R. M. M. **Brinquedos & Brincadeiras: Patrimônio Cultural da Humanidade**. Campinas, SP: Pontes Editora, 2004.

EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Ementa: Atividades motoras e desporto-recreativas no final da infância, na pré-adolescência e na adolescência. As práticas corporais coletivas e individuais na formação do caráter do ser humano e como instâncias sociabilizantes.

Bibliografia básica:

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação Física na Escola: Implicações para prática pedagógica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. 292 p.

GRESPLAN, M. R. **A Educação Física no Ensino Fundamental: primeiro ciclo**. Campinas, SP: Papyrus, 2008. 153 p.

KUNZ, E. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. 8. Ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2014. 152 p.

Bibliografia complementar:

DARIDO, S. C. **Educação Física e Temas Transversais na Escola**. Campinas, SP: Papyrus, 2015.

FREIRE, J. B.; SCAGLIA, A. **Educação como prática corporal**. São Paulo: Scipione, 2003.

MARCELLINO, N. C. **Repertório de Atividades de Recreação e Lazer**. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. 15. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2010. 136 p.

REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J.; MONTAGNER, P. C. **Pedagogia do esporte: aspectos conceituais da competição e estudos aplicados**. São Paulo: Phorte, 2013.

EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO

Ementa: Maturação sexual e exercício físico. O desenvolvimento da autonomia, da cooperação, da participação social e da afirmação de valores e de princípios democráticos do aluno a partir das questões relativas à cultura corporal.

Bibliografia básica:

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação Física na Escola:** implicações para prática pedagógica. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. 292 p.

KUNZ, E. **Transformação didático-pedagógica do esporte.** Ijuí: UNIJUÍ, 2003.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação.** 15. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010. 136 p.

Bibliografia complementar:

CHEMIN, B. F. **Políticas públicas de lazer:** o papel dos Municípios na sua implementação. Curitiba: Juruá, 2007.

DARIDO, S. C. (Org.). **Educação Física e Temas Transversais na Escola.** Campinas, SP: Editora Papirus, 2005.

FREIRE, J. B.; SCAGLIA, A. **Educação como prática corporal.** São Paulo: Scipione, 2003.

MARCELLINO, N. C. **Repertório de Atividades de Recreação e Lazer.** Campinas, SP: Papirus, 2005.

REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J.; MONTAGNER, P. C. **Pedagogia do esporte:** aspectos conceituais da competição e estudos aplicados. São Paulo: Phorte, 2013.

FUNDAMENTOS DE DIDÁTICA

Ementa: Fundamentos da didática e as especificidades da licenciatura. Tendências pedagógicas, práticas escolares e suas questões didáticas. O pensamento pedagógico brasileiro. A didática como elemento articulador da práxis pedagógica. Os sujeitos do processo educativo. A formação do educador.

Bibliografia básica:

CASTRO, A. D.; CARVALHO, A. M. P. (Orgs.). **Ensinar a ensinar:** didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Cengage Learning, 2015. 195 p.

GADOTTI, M. **História das ideias pedagógicas.** 8. ed. São Paulo: Atica, 2006. 319 p.

LIBANEO, J. C. **Didática.** São Paulo: Cortez, 2012. 261 p.

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil:** gênese e crítica de um conceito. São Paulo, SP: Cortez, 2002. 224 p.

Bibliografia complementar:

ALVES, N. Espaços e tempos de ensinar e aprender. In: ALVES - MAZZOTTI, Alda J. (et all). *Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender.* Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CANDAU, V. M. (Org.). **A didática em questão.** Petrópolis: Vozes, 2008.

COMÊNIO, J. A. **Didáctica magna.** 3. ed. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

CHARLOT, B. **O professor na sociedade contemporânea:** um trabalhador da contradição. *Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 17, n. 30, p. 17-31, jul./dez. 2008

ECCHELI, S. D. A motivação como prevenção da indisciplina. *Educ. rev.* [online]. 2008, n.32, pp. 199-213. ISSN 0104-4060.

MENDONÇA, S. G. L. A crise de sentidos e significados na escola: a contribuição do olhar sociológico. *Cad. CEDES* [online]. 2011, vol.31, n.85, pp. 341-357. ISSN 0101-3262.

OLIVEIRA, M. R. N. S. **Didática:** ruptura, compromisso e pesquisa. São Paulo: Papirus, 1995.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA MOTRICIDADE HUMANA

Ementa: História e história da motricidade humana: conceituação e diferenciação. História da motricidade humana no Brasil e no mundo. O paradigma cartesiano e a escrita da história: a sombra dogmática do intelecto. A história como um cenário de corpos em movimento. O homem como ser motriz e histórico. Aspectos históricos do esporte e das competições esportivas.

Bibliografia básica:

- CASTELLANI FILHO, L. **Educação física no Brasil: A história que não se conta.** 3. ed. Campinas: Papirus, 1991. 225 p.
- MELO, V. A. **História da educação física e do esporte no Brasil: panorama e perspectivas.** 4. ed. São Paulo: Ibrasa, 2009. 115 p.
- PACHECO NETO, M. **Motricidade e Corporeidade no Brasil colonial: bandeirantes, índios e jesuítas.** Dourados: Seriema, 2008. 154 p.

Bibliografia complementar:

- FREIRE, J. B. **Educação de corpo inteiro.** 2. ed. São Paulo: Scipione, 1991.
- GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **Educação física progressista: A pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação física brasileira.** São Paulo: Loyola, 1988.
- GRIFI, G. **História da educação física e do esporte.** Porto Alegre: Luzzatto, 1989.
- MOREIRA, W. W. **Educação física escolar: uma abordagem fenomenológica.** Campinas, SP:, 1995.
- SOARES, C. L. **Educação física e raízes européias.** 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

GINÁSTICA GERAL

Ementa: Aspectos históricos relativos à prática da ginástica. A ginástica no âmbito da Educação Física Escolar. Métodos e sistemas ginásticos. Conceituação, generalidades e classificação.

Bibliografia básica:

- AYOUB, E. **Ginástica geral e educação física escolar.** 3. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2013. 141 p.
- GAIO, R.; BATISTA, J. C. F. **A ginástica em questão: Corpo e movimento.** São Paulo: Phorte, 2010.
- NUNOMURA, M.; TSUKAMOTO, M. H. C. (Orgs.). **Fundamentos das Ginásticas.** Jundiaí: Fontoura, 2009.

Bibliografia complementar:

- BARROS, D.; NEDIALCOVA, G. T. **Os primeiros passos da ginástica rítmica.** Rio de Janeiro: Palestra, 1998.
- BOTT, L. **Ginástica Rítmica e Desportiva.** São Paulo: Manole, 1986.
- NUNOMURA, M.; NISTA-PICCOLO, V. L. **Compreendendo a Ginástica Artística.** São Paulo: Phorte, 2005.
- PALLARES, Z. **Ginástica rítmica.** Porto Alegre: PRODIL, 1983. 206 p.
- SANTOS, J.C.E.. **Ginástica Geral.** Jundiaí, SP: Fontoura, 2001.

LIBRAS – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Ementa: Análise dos princípios e leis que enfatizam a inclusão de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais nos cursos de formação docente; apresentação das novas investigações teóricas acerca do bilingüismo, identidades e culturas surdas; as especificidades da construção da linguagem, leitura e produção textual dos educandos

surdos; os princípios básicos da língua de sinais, o processo de construção da leitura e escrita de sinais e produção literária em LIBRAS.

Bibliografia básica:

Anais. . Rio de Janeiro: INES, 2001. 126p. Surdez, inclusão matemática. Curitiba, PR: Ed. CRV, 2013. 280p.

LANE, H. **A máscara da benevolência:** A comunidade surda amordaçada. Lisboa: Instituto Piaget, 1992. 286 p.

FALCAO, L. A. B. **Aprendendo a libras e reconhecendo as diferenças:** um olhar reflexivo sobre a inclusão: estabelecendo novos diálogos. 2 ed. Recife: Ed. do Autor, 2007. 304 p.

GESSER, A. **Libras?** que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009. 87 p.

GOES, M. C. R. **Linguagem, surdez e educação.** 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2002. 97 p.

Surdez e bilingüismo. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012. 103 p.

FALCÃO, L. A. B. **Surdez, cognição visual e libras:** estabelecendo novos diálogos. 2. ed. Recife: L. A. Falcão, 2011. 384 p.

SOUSA, M. C. E. C.; BRUNO, M. M. G. **A organização do atendimento educacional especializado nas aldeias indígenas de Dourados/MS:** um estudo sobre as salas de recursos multifuncionais para área da surdez. Dourados, MS, 2013. 112f.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** 3.ed . Florianópolis: Ed. UFSC, 2013. 146p.

SKLIAR, C. **A surdez:** um olhar sobre as diferenças. 6.ed. Porto Alegre : Mediação, 2013. 190 p.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Enciclopédia da língua de sinais brasileira:** o mundo do surdo em libras. São Paulo: Edusp, 2004. 323 p.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 17 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 23 dez. 2005. p. 28. Disponível em: Acesso em: 07 dez. 2014.

_____. Decreto-Lei nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 3 dez. 2004. p. 5. Disponível em: Acesso em: 07 dez. 2014.

_____. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 20 dez. 2000. p. 2. Disponível em: Acesso em: 07 dez. 2014

_____. Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 25 abr. 2002. p. 23. Disponível em: Acesso em: 07 dez. 2014.

_____. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Disponível em: Acesso em: 12 agos. 2011.

GESSER, A. O ouvinte e a Surdez: sobre ensinar e aprender a LIBRAS. Série Estratégias de Ensino 35. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

_____. Um olho no professor surdo e outro na caneta: Ouvintes aprendendo a Língua brasileira de sinais. Tese de Doutorado. Campinas, SP: UNICAMP, 2006. Disponível em: Acesso em: 08 nov. 2014.

QUADROS, R. M. **Educação de Surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

_____; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

THOMA, A.; LOPES, M. C. (Orgs.) **A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação**. 1. ed. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2004.

WILCOX, Sherman; WILCOX, P. P. **Aprender a ver: o ensino da Língua de sinais americana como segunda língua**. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2005. Disponível em: Acesso em: 13 nov. 2014.

MEDIDAS E AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA

Ementa: Medidas e avaliação na área da Educação Física: relevância, aplicabilidade e considerações introdutórias. Medidas e avaliação na Educação Física Escolar. Anamnese. Teoria e prática da avaliação postural. Composição corporal, flexibilidade, força e resistência muscular. Medição da pressão arterial. Medidas e avaliação do comportamento motor. Fórmulas e planilhas em medidas e avaliação na Educação Física.

Bibliografia básica:

DAVIS, S. E.; DWYER, G. B. **Manual do ACCM para avaliação da aptidão física relacionada a saúde**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 175 p.

GUEDES, D. P.; GUEDES, J. E. R. **Controle do peso corporal: composição corporal, atividade física e nutrição**. 2. ed.. Rio de Janeiro: Shape, 2003. 327 p.

PITANGA, F. J. G. **Testes, medidas e avaliação em educação física e esportes**. 5. ed.. São Paulo: Phorte, 2008. 223 p.

Bibliografia complementar:

GUEDES, D. P. **Manual prático para avaliação em educação física**. Barueri, SP: Manole, 2006.

MORROW JR, J. R.; Jackson, A. W.; Disch, J. G.; Mood, D. P. **Medida e avaliação do desempenho humano**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2014.

MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Ementa: O conhecimento científico. A produção do conhecimento científico. Tipos de pesquisa. A construção do Projeto de Pesquisa Científica. Aplicação do projeto de pesquisa. Normas para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos.

Bibliografia básica:

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 200 p.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2007. 304 p.

Bibliografia complementar:

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 293 p.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, G. A. **Guia para elaboração de monografia e trabalho de conclusão de curso.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 118 p.

ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS

Ementa: A complexidade e a dinâmica concernentes à organização de eventos esportivos. As etapas imprescindíveis à realização satisfatória de eventos esportivos: a organização e o planejamento prévios, o congresso técnico e científico, o evento propriamente dito e o encerramento. Elaboração de regulamentos, tabelas e sistemas de disputa. Avaliação do evento.

Bibliografia básica:

MARTINS, V. **Manual prático de eventos.** São Paulo: Atlas, 2003. 277 p.

POIT, D. R. **Organização de eventos esportivos.** Londrina: Ed. Midiograf, 2000.

ZANELLA, L. C. **Manual de organização de eventos: planejamento e operacionalização.** 3. São Paulo: Atlas, 2006. 359 p.

Bibliografia complementar:

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura.** Secretaria de Educação Física e Desportos. **Legislação desportiva.** Brasília: MEC, [19--]. 161 p.

KINCHESCKI, J. C. **Cerimonial, hierarquia, protocolo.** Florianópolis: UDESC, 2002. 246 p.

REZENDE, J. R. **Organização e Administração no Esporte.** Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

RODRIGUES, M. A. **Organização nos desportos.** Campo Grande, MS: Ed. UCDB, 2002. 106 p.

SOUZA, J. C. **Organização de Competições.** Rio de Janeiro: Sprint, 1979.

POLÍTICA E GESTÃO EDUCACIONAL

Ementa: Política pública de educação: conceito, ferramentas, agentes e processos. Planos Nacionais de Educação e a organização do Sistema Nacional de Educação. Administração e gestão educacional: conceitos, especificidades. A organização da educação nacional. Organização e gestão da escola: direção, coordenação pedagógica e avaliação. Mecanismos, processo e instrumentos de democratização da gestão escolar.

Bibliografia básica:

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 1996.

_____. **Lei nº 13.005,** de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, DF, junho de 2014.

DOURADO, L. F. Educação básica no Brasil: políticas, planos e sistema nacional de educação. **Revista ELO,** v. elo 22, p. 177-186, 2015.

DOURADO, L. F. Sistema Nacional de Educação, Federalismo e os obstáculos ao direito à educação básica. **Educação & Sociedade (Impresso),** v. 34, p. 761-785, 2013.

OLIVEIRA, R. P. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. **Educ. Soc.,** vol. 28, n. 100, out 2007.

SANDER, B. **A administração educacional no Brasil.** Brasília: Líber livro, 2007.

PERONI, V. M. V. **Política educacional e papel do estado no Brasil dos anos 1990.** São Paulo: Xama, 2003.

Bibliografia complementar:

ARELARO, L. R. Resistência e submissão: a reforma educacional na década de 1990. In: KRAWCZYK, N; CAMPOS, M. M.; HADDAD, S. **O cenário educacional latinoamericano no limiar do século XXI: reformas em debate**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988.

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p. 921-946, out. 2007.

FERREIRA, N. S. C. **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. 8. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2013.

FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Políticas Públicas e Gestão da Educação: polêmicas, fundamentos e análises**. Brasília: Liber Livro Editora, 2006.

LIBÂNEO, J. C. *et al.* (Orgs.). **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

LOURENCO FILHO, M. B. **Organização e administração escolar**. Brasília: INEP, 2007.

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO. **A Constituição Federal 25 anos depois: balanços e perspectivas da participação da sociedade civil nas políticas educacionais**. Porto Alegre, RS, v. 29, n. 2, 2013.

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO. **Desafios da gestão escolar: concepções e práticas**. Porto Alegre, RS, v. 31, n. 1, 2015.

PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM

Ementa: Caracterização geral do desenvolvimento humano: o ciclo vital. Conceitos, princípios e processos psicológicos relevantes às práticas pedagógicas em situação escolar e seus diferentes enfoques teóricos sobre o desenvolvimento humano. Gênese, desenvolvimento e interface dos processos de natureza cognitiva, lingüística e afetiva. Teorias da aprendizagem. Articulações entre desenvolvimento e aprendizagem e suas implicações para a ação pedagógica.

Bibliografia básica:

CAMPOS, D. M. S. **Psicologia da aprendizagem**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 304 p.

COLL, C. *et al.* **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação escolar**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 2.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. 10.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2009. 889 p.

Bibliografia complementar:

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

KAHHALE, E. M. P (Org.). **A diversidade da psicologia: Uma construção teórica**. São Paulo: Cortez, 2002.

NUNES, A. I. B. L.; SILVEIRA, R. N. **Psicologia da aprendizagem: Processos, teorias e contextos**. 3. ed. Brasília: Liber Livro, 2011.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky: Aprendizado e desenvolvimento - um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1993. 111 p.

PALANGANA, I. C. **Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky**. 5. São Paulo: Summus, 2001. 168 p.

TEORIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Ementa: Introdução à teoria produzida na área da Educação Física. As principais convergências e divergências entre as postulações defendidas no âmbito do debate acadêmico e da produção bibliográfica em Educação Física. Criticidade e acriticidade no antagonismo dialético explicitado na produção acadêmica em Educação Física.

Bibliografia básica:

MEDINA, J. P. S. **A Educação Física cuida do corpo e...”mente”**. 24. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2008. 96 p.

MOREIRA, W. W. *et al.* (Orgs.). **Educação Física e Esportes: perspectivas para o século XXI**. 15. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2008. 256 p.

PACHECO NETO, M. (Org.). **Educação Física e Motricidade: discutindo saberes e intervenções**. Dourados: Seriema, 2008.

Bibliografia complementar:

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CARVALHO, Y. M.; LINHALES, M. A. (Orgs.). **Política Científica e Produção do Conhecimento em Educação Física**. Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: Goiânia, 2007.

COVRE, M. L. M. **O que é cidadania**. 2. São Paulo: Brasiliense, 1993. 78 p.

DARIDO, S. C. **Educação Física na escola: Questões e reflexões**. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2011. 91 p.

MARCO, A. (Org.). **Educação Física: Cultura e Sociedade**. 2 ed. Papyrus: Campinas, 2008.

MEDINA, J. P. S. **O Brasileiro e seu corpo**. Campinas: Papyrus, 1988.

TUBINO, M. **As Teorias da Educação Física e do Esporte: uma abordagem epistemológica**. Barueri, SP: Manole, 2002.

TEORIA DO TREINAMENTO FÍSICO

Ementa: Definições de treinamento. Introdução ao estudo do treinamento. Os princípios do treinamento e sua aplicabilidade na Educação Física Escolar. Treinamento Escolar e Educação Física Escolar: instâncias distintas de inclusão no contexto educativo. Projetos, planejamentos e metodologias em treinamento escolar.

Bibliografia básica:

BARBANTI, V. J. **Treinamento esportivo: as capacidades motoras dos esportistas**. Barueri: Manole, 2010. 245 p.

BOHME, M. T. S. **Esporte infantojuvenil: treinamento a longo prazo e talento esportivo**. São Paulo: Phorte, 2011. 487 p.

MARTIN, D.; CARL, K.; LEHNERTZ, K. **Manual de teoria do treinamento esportivo**. São Paulo: Phorte, 2008. 452 p.

Bibliografia complementar:

BARBANTI, V. **Teoria e prática do treinamento esportivo**. São Paulo: Edgar Blucher, 2000.

BOMPA, T. **Periodização no Treinamento Esportivo**. Barueri, SP: Manole, 2001.

DANTAS, E. H. M. **A prática da preparação física**. 5. ed. Rio de Janeiro: Shape, 2003.

WEINECK, J. **Treinamento ideal: instruções técnicas sobre o desempenho fisiológico, incluindo considerações específicas de treinamento infantil e juvenil**. Barueri, SP: Manole, 1999.

TEORIA E PRÁTICA DOS ESPORTES AQUÁTICOS

Ementa: Ensino da ambientação ao meio aquático e das técnicas de nados utilitários e competitivos da natação, assim como das habilidades do polo aquático e do nado artístico que podem ser usadas para o ensino e o treinamento da natação. Natação como instrumento de educação e de promoção da saúde.

Bibliografia básica:

KERBEJ, F. C. **Natação:** algo mais que 4 nados. São Paulo: Manole, 2002. 129 p.

LIMA, W. U. **Ensinando natação.** 4. ed. São Paulo: Phorte, 2009. 174 p.

MASSAUD, M. G. **Natação 4 nados:** aprendizado e aprimoramento. 3. ed. São Paulo: Sprint, 2008. 220 p.

Bibliografia complementar:

CATTEAU, R.; GAROFF, G. **O Ensino da Natação.** São Paulo: Manole, 1990. 381 p.

COSTA, P.H.L. (Org.). **Natação e Atividades Aquáticas:** subsídios para o ensino. Barueri: Manole, 2010. 190 p.

HALL, S. Movimento Humano nos Fluidos. In: HALL, S. **Biomecânica Básica.** 5. ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009. p. 483-514.

PALMER, M. **A Ciência do Ensino da Natação.** São Paulo: Manole, 1990. 360 p.

TEORIA E PRÁTICA DOS ESPORTES COLETIVOS I

Ementa: Aspectos históricos do Futebol e do Futebol de Salão, bem como de seus subsidiários Futebol de Areia e Futebol Suíço. Regras, fundamentos, aprimoramento de gestos técnicos e habilidades individuais. O Futebol, o Futebol de Salão e seus subsidiários como instrumentos educativos de notável formação altruística. Métodos de treinamento, preparação de equipes escolares. Aspectos físicos, técnicos e táticos no trabalho com o Futebol, o Futebol de Salão e suas práticas subsidiárias..

Bibliografia básica:

FREIRE, J. B. **Ensinar esporte, ensinando a viver.** Porto Alegre: Mediação, 2012. 208 p.

REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J.; MONTAGNER, P. C. **Pedagogia do esporte:** aspectos conceituais da competição e estudos aplicados. São Paulo: Phorte, 2013. 462 p.

VOSER, R. C. **Futsal:** Princípios técnicos e táticos. 2. ed. Canoas, RS: Ed. ULBRA, 2003. 171 p.

Bibliografia complementar:

ARAUJO, S. **O futebol e seus fundamentos:** o futebol-força a serviço da arte. Rio de Janeiro: Imago - FENAME, 1976. 103 p.

MELO, V. A.; ALVITO, M. **Futebol por todo o mundo:** diálogos com o cinema. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 147 p.

SADI, R. S. **Pedagogia do esporte:** Descobrendo novos caminhos. São Paulo: Icone, 2010. 215 p.

VIANA, A. R.; RIGUEIRA, J. E. **Futebol prático:** Preparação física: técnica e tática. Viçosa, MG: Editora UFV, 1981. 465 p.

TEORIA E PRÁTICA DOS ESPORTES COLETIVOS II

Ementa: Aspectos históricos relativos ao Handebol. O Handebol no contexto escolar. Fundamentos, habilidades individuais, gestos técnicos, métodos de treinamento, preparação de equipes e concepções táticas. O Handebol como instrumento educativo corroborador do altruísmo e do respeito ao próximo.

Bibliografia básica:

CONFEDERACAO BRASILEIRA DE HANDEBOL. **Regras oficiais de handebol e beach handball**. Rio de Janeiro: Sprint, 2009. 111 p.

EHRET, A. *et al.* **Manual de handebol**: treinamento de base para crianças e adolescentes. São Paulo: Phorte, 2002. 229 p.

TENROLLER, C. **Handebol**: teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Sprint, 2008. 128 p.

Bibliografia complementar:

FACCA, F. B.; BORSARI, J. R.; NEVES FILHO, F. P. **Atletismo, Handebol, urgências**. 2. ed. São Paulo: EPU, 1977.

SANTOS, R. **Handebol 1000 exercícios**. 6. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2012. 347 p.

TEORIA E PRÁTICA DOS ESPORTES COLETIVOS III

Ementa: Aspectos históricos relativos ao Basquetebol. O Basquetebol no contexto escolar. Fundamentos, habilidades individuais, gestos técnicos, métodos de treinamento, preparação de equipes escolares e concepções táticas. O Basquetebol como instrumento educativo corroborador do altruísmo e do respeito ao próximo.

Bibliografia básica:

FREIRE, J. B. **Ensinar esporte, ensinando a viver**. Porto Alegre: Mediação, 2012. 208 p.

RODRIGUES, H. A.; DARIDO, S. C. **Basquetebol na escola**: Uma proposta didático-pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. 132 p.

SADI, R. S. **Pedagogia do esporte**: Descobrendo novos caminhos. São Paulo: Icone, 2010. 215 p.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, M. B. **Basquetebol – 1000 Exercícios**. Rio de Janeiro: Sprint, 1999.

ALMEIDA, M. B. **Basquetebol**: iniciação. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

ASSIN, G. **Mini-basket**. 2. ed. Barcelona: Sintesis, 1982. 124 p.

CARVALHO, W. **Basquetebol**: Sistema de ataque e defesa. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

COUTINHO, N. F. **Basquetebol na escola**: Da iniciação ao treinamento. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

DE OLIVEIRA, V.; PAES, R.R. **Ciência do basquetebol**: Pedagogia e metodologia da iniciação à especialização. Londrina: Midiograf, 2004.

REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J.; MONTAGNER, P. C. **Pedagogia do esporte: aspectos conceituais da competição e estudos aplicados**. São Paulo: Phorte, 2013. 462 p.

ROSE JUNIOR, D.; TRICOLI, V. (Orgs.). **Basquetebol**: uma visão integrada entre ciência e prática. Barueri, SP: Manole, 2005. 225 p.

TEORIA E PRÁTICA DOS ESPORTES COLETIVOS IV

Ementa: Aspectos históricos relativos ao Voleibol. O Voleibol e seu subsidiário, o Voleibol de Areia no contexto escolar. Fundamentos, habilidades individuais, gestos técnicos, métodos de treinamento, preparação de equipes e concepções táticas. O Voleibol e o Voleibol de Areia como instrumentos educativos corroboradores do altruísmo e do respeito ao próximo.

Bibliografia básica:

CONFEDERACAO BRASILEIRA DE VOLEIBOL. **Regras oficiais de voleibol**. Rio de Janeiro: Sprint, 2009. 65 p.

BORSARI, J. R. **Voleibol: Aprendizagem e treinamento em todos os níveis**. 4. ed. São Paulo: EPU, 2010. 172 p.

SUVOROV, Y. P.; GRISHIN, O. N. **Voleibol iniciação**. 6. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2010. 262 p.

Bibliografia complementar:

CARVALHO, O. M. **Voleibol, 1000 Exercícios**. 6 ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

COSTA, A. D. **Voleibol: Fundamentos e aprimoramento técnico**. 2. ed. 2003.

HEINRICH, M. **Educação Física – Jogos e Brincadeira de Corrida, Luta e Bola**. Rio de Janeiro: Grupo Coquetel, 1993.

LE MOS, A. S. **Voleibol Escolar**. Rio de Janeiro: Sprint, 2004.

PESSOA, A. E.; BERTOLLO, M.; CARLAN, P. **Voleibol**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009. 142 p.

SANTINI, J.; LIMA, L. D. C. **Voleibol escolar: da iniciação ao treinamento**. Canoas, RS: Ed. da ULBRA, 2007.

SUVOROV, P.Y.; GRISHIN, O. N.. **Voleibol Iniciação**. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

TEORIA E PRÁTICA DOS ESPORTES INDIVIDUAIS

Ementa: Aspectos históricos relativos ao atletismo. O atletismo no contexto escolar. O atletismo como elemento educativo e corroborador da autoconfiança. Habilidades individuais, fundamentos e gestos técnicos das provas oficiais de atletismo.

Bibliografia básica:

COICEIRO, G. A. **1000 Exercícios e Jogos para o Atletismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2011. 135 p.

MARTIN, D.; CARL, K.; LEHNERTZ, K. **Manual de Teoria do Treinamento Esportivo**. São Paulo: Phorte, 2008. 452 p.

MATTHIESEN, S. Q. **Atletismo se aprende na escola**. 2. ed. Jundiaí, SP: Fontoura, 2012. 144 p.

Bibliografia complementar:

SALLERAS, C. P. **Salto con pertiga: principios mecánicos del salto, técnica, pedagogía, entrenamiento, competición**. Barcelona: Sintés, 1971. 242 p.

SALLERAS, C. P. **Salto de altura: mecanismo de los saltos, aprendizaje del salto, los estilos: el rodillo ventral y el 'Fosbury flop'**. Barcelona: Sintés, 1971. 205 p.

SILVA, J. F.; CARMARGO, R. J. **Atletismo: corridas**. São Paulo, SP: Ediouro, 1978. 101 p.

9.4 Ementa das atividades acadêmicas específicas

ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO

Ementa: Avaliação da participação dos discentes em atividades extracurriculares como projetos de extensão, de pesquisa e de iniciação à docência, participação em congressos, seminários, simpósio, publicação de resumos e artigos, entre outras possibilidades.

Bibliografia básica:

Regulamento das Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento do Curso de Educação Física

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física

BRASIL, Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução CNE/CP nº 2/2015. define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02jul. 2015. Seção 1, p. 8-12.

ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Ementa: O Estágio Supervisionado e a Prática de Ensino como elementos fundamentais na formação acadêmico-profissional. Aspectos específicos do Estágio Supervisionado e da Prática de Ensino de Educação Física na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental Designação formal das instituições escolares para o desenvolvimento das atividades por parte dos acadêmicos. Orientações gerais e específicas acerca da elaboração do projeto a ser desenvolvido nas escolas designadas. Orientações gerais e específicas para a feitura dos relatórios parciais e final da disciplina. Debate coletivo acerca das experiências vivenciadas no âmbito das atividades presenciadas e partilhadas nas escolas designadas.

Bibliografia básica:

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação física na escola:** implicações para a prática pedagógica. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. 292 p.

GRESPLAN, M. R. **A Educação Física no Ensino Fundamental:** primeiro ciclo. Campinas, SP: Papyrus, 2008. 153 p.

KUNZ, E. **Transformação didático-pedagógica do esporte.** 8. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2014. 152 p.

Bibliografia complementar:

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** 3. ed. 2018.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física.** São Paulo: Cortez, 1992.

DARIDO, S. C. **Para Ensinar Educação Física:** possibilidades de intervenção na escola. 7. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2013. 349 p.

FREIRE, J. B.; SCAGLIA, A. **Educação como Prática Corporal.** São Paulo: Scipione, 2003.

ESTÁGIO NO ENSINO FUNDAMENTAL

Ementa: O Estágio Supervisionado e a Prática de Ensino como elementos fundamentais na formação acadêmico-profissional. Aspectos específicos do Estágio Supervisionado e da Prática de Ensino de Educação Física nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Designação formal das instituições escolares para o desenvolvimento das atividades por parte dos acadêmicos. Orientações gerais e específicas acerca da elaboração do projeto a ser desenvolvido nas escolas designadas. Orientações gerais e específicas para a feitura dos relatórios parciais e final da disciplina. Debate coletivo acerca das experiências vivenciadas no âmbito das atividades presenciadas e partilhadas nas escolas designadas.

Bibliografia básica:

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação física na escola:** implicações para a prática pedagógica. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. 292 p.

GRESPLAN, M. R. **A Educação Física no Ensino Fundamental:** primeiro ciclo. Campinas, SP: Papyrus, 2008. 153 p.

KUNZ, E. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. 8. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2014. 152 p.

Bibliografia complementar:

FREIRE, J. B.; SCAGLIA, A. **Educação como Prática Corporal**. São Paulo: Scipione, 2003.

REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J.; MONTAGNER, P. C. **Pedagogia do esporte: aspectos conceituais da competição e estudos aplicados**. São Paulo: Phorte, 2013. 64 p.

DARIDO, S. C. e outros. **Educação Física e Temas Transversais na Escola**. Editora Papyrus, 2005

MARCELLINO, N. C. **Repertório de Atividades de Recreação e Lazer**, Papyrus, 2005.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e Educação**. Campinas: Papyrus, 1987.

ESTÁGIO NO ENSINO MÉDIO

Ementa: Aspectos específicos do Estágio Supervisionado e da Prática de Ensino de Educação Física no Ensino Médio. Designação formal das instituições escolares para o desenvolvimento das atividades por parte dos acadêmicos. Orientações gerais e específicas acerca da elaboração do projeto a ser desenvolvido nas escolas designadas. Orientações gerais e específicas para a feitura dos relatórios parciais e final da disciplina. Debate coletivo acerca das experiências vivenciadas no âmbito das atividades presenciadas e partilhadas nas escolas designadas.

Bibliografia básica:

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. 292 p.

KUNZ, E. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. 8. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2014. 152 p.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e Educação**. Campinas: Papyrus, 1987.

Bibliografia complementar:

CHEMIN, B. F. **Políticas públicas de lazer: o papel dos Municípios na sua implementação**. Curitiba: Juruá, 2007.

DARIDO, S. C. (Org.). **Educação Física e Temas Transversais na Escola**. Campinas, SP: Editora Papyrus, 2005.

FREIRE, J. B.; SCAGLIA, A. **Educação como prática corporal**. São Paulo: Scipione, 2003.

MARCELLINO, N. C. **Repertório de Atividades de Recreação e Lazer**. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J.; MONTAGNER, P. C. **Pedagogia do esporte: aspectos conceituais da competição e estudos aplicados**. São Paulo: Phorte, 2013.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

Ementa: A disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I) tem como foco organizar e desenvolver o projeto de pesquisa em conjunto com o(a) orientador(a).

Bibliografia básica:

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 200 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23.ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2007. 304 p.

Bibliografia complementar:

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3 ed. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 293 p.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed.. São Paulo: Atlas, 2010. 277 p.

MARTINS, G. A.; LINTZ, A **Guia para Elaboração de Monografia e Trabalho de Conclusão de Curso**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 118 p.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

Ementa: A disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II) tem como foco finalizar o projeto de pesquisa construído na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I), em conjunto com o(a) orientador(a), no formato de artigo ou monografia.

Bibliografia básica:

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 200 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23.ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2007. 304 p.

Bibliografia complementar:

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3 ed. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 293 p.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed.. São Paulo: Atlas, 2010. 277 p.

MARTINS, G. A.; LINTZ, A **Guia para Elaboração de Monografia e Trabalho de Conclusão de Curso**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 118 p.

9.5 Disciplinas eletivas do Curso**APRENDIZAGEM E CONTROLE MOTOR**

Ementa: Classificação de habilidades motoras. Os processos subjacentes da coordenação e controle motor no nível celular e sistêmico. Aprendizagem motora; organização da prática, conhecimento de resultados, retenção e transferência; aplicação dos conceitos de aprendizagem e controle motor na escola, treinamento esportivo e intervenção motora. Bases Neurofisiológicas do comportamento motor. Medidas e avaliação no comportamento motor.

Bibliografia básica:

HAYHOOD, K. M; GETCHELL, N. **Desenvolvimento motor ao longo da vida**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 407 p.

LENT, R. **Neurociência da mente e do comportamento**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. 356 p.

MAGILL, R. A. **Aprendizagem motora**: conceitos e aplicações. São Paulo, SP: Blucher, 1986. 273 p.

Bibliografia complementar:

BEAR, M. F.; PARADISO, M. A.; CONNORS, B. W. **Neurociências**: desvendando o sistema nervoso. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 853 p.

GALLAHUE, D. L.; DONELLY, F. C. **Educação física desenvolvimentista para todas as crianças**. 4.ed. São Paulo: Phorte, 2008. 723 p.

GUEDES M. H. S. **Continuando a brincadeira**: Jogos de aprendizagem, estafetas, atividades psicomotoras e sessão historiada. São Paulo: Phorte, 2013.

SCHMIDT R. A.; LEE T. **Aprendizagem e Performance Motora**: Dos princípios a aplicação. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2016. 428 p.

ARTES MARCIAIS

Ementa: História das artes marciais. Conhecimentos filosóficos das artes marciais. Técnicas de diferentes artes marciais. As artes marciais como instrumentos educativos corroboradores da disciplina, da autoconfiança e da sociabilidade.

Bibliografia básica:

LEDWAB, C.; STANDEFER, R. **Caminho de paz**: um guia das tradições das artes marciais para jovens. São Paulo: Editora Cultrix, 2004.

PIERI, L.; SHIMABUKURO, M. K.; D'ANGELO, E. **Judô**: Sua importância para crianças e adolescentes. Leme, SP: Ed. Edijur, 2014. 192 p.

TEGNER, B. **Guia Completo de Jiu-Jitsu**. São Paulo: Record, 2003.

Bibliografia complementar:

MOREIRA, W.W.; SIMÕES, R.; MARTINS, I. C. **Aulas de Educação Física no Ensino Médio**. Campinas, SP: Papirus, 2010.

SILVA, A. M. R.; SILVA, J. P. **Lutas na escola**: meio de propagação de cultura e conhecimento na formação social de estudantes. Disponível em <<http://www.webartigos.com/articles/35702/1/Lutas-na-Escola-Meio-de-propagacao-de-cultura-e-conhecimento-na-formacao-social-de-estudantes/pagina1.html>> Acessado em 28/07/2011.

TEGNER, Bruce. **Guia Completo de Karatê**. São Paulo: Record, 1998.

CORPO, CORPOREIDADE E CULTURAS

Ementa: Designação dos vocábulos Corpo, Corporeidade e Culturas. Corpo e Corporeidade no Mundo Ocidental: A dicotomia corpo/mente através do tempo. Corpo e Corporeidade em culturas distintas.

Bibliografia básica:

BARBANTI, V. J. **Dicionário de Educação Física e do Esporte**. Barueri, SP: Manole, 2003.

FERREIRA, N. T.; COSTA, L. M. **Esporte, Jogo e Imaginário Social**. Rio de Janeiro: Editora Shape, 2003.

TOLEDO, L. H.; COSTA, C. E.; TOLEDO, L. H. **Visão de jogo**: antropologia das práticas esportivas. São Paulo: Terceiro Nome, 2009. 279 p.

Bibliografia complementar:

BRUHNS, H. T. As Conexões do Jogo entre Realizações Humanas. **In: Corpo Parceiro e Corpo Adversário**. São Paulo: Editora Papirus, 1993, p. 53-66.

CASCUDO, L. C. **História dos Nossos Gestos**. São Paulo: Global, 2003.

DANTAS, E. H. M. **Pensando o corpo e o movimento**. Rio de Janeiro: Editora Shape, 2007.

GARCIA, R. P. **Antropologia do Esporte**. Rio de Janeiro: Editora Shape, 2007.

GOETTERT, J. D. Espaço Civilizador: considerações sobre o corpo e a casa partir do processo civilizador. **In: Tempo e Espaços Civilizadores – diálogos com Norbert Elias**, Editora UFGD, 2009, p. 141 a 154.

LEAL, O. F. (Org.). **Significados do Corpo**. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade, 2001.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Ementa: Estudo da educação a distância: fundamentos, sistemas, legislação e redes de EaD. Projeto pedagógico: elaboração, implementação e acompanhamento de projetos EaD. Didática e EaD: o trabalho docente e a mediação educacional. EaD e Tecnologias da informação e da Comunicação.

Bibliografia básica:

BELLONI, M. L. **Educação a distância**. São Paulo: Autores Associados, 2001.
GUTIERREZ, F., PRIETO, D. **A Mediação Pedagógica - Educação à Distância Alternativa**. Campinas, SP: Papirus, 1994.

KENSKI, V. M. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

SILVA, M. (Org.). **Educação on-line: teorias, práticas, legislação, formação corporativa**. São Paulo: Loyola, 2003.

Bibliografia complementar:

ARANHA, M. L. A. **Filosofia da educação**. São Paulo: Moderna, 2006.

LITTO, F. FORMIGA, M. **Educação a Distância: O Estado da Arte**. São Paulo, 2010.

MAIA, C. e MATTAR, J. **ABC da EaD**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

MATTAR, J. **Games em educação: como os nativos digitais aprendem**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

MOORE, M. G.; KEARSLEY, G. **Educação à distância: uma visão integrada**. São Paulo, SP: Thomson Learning Pioneira, 2007.

EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO

Ementa: Tecnologia: conceitos. Informática e Sociedade. Meios tecnológicos aplicados em educação como instrumentos didáticos. Educação e telemática. Formação de professores para a sociedade do conhecimento.

Bibliografia básica:

MATTELART, ARMAND. **A globalização da comunicação**. 2. ed. Bauru, SP: Ed. UDUSC, 2002.

PAPERT, SEYMOUR. **A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

SANDHOLTZ, J. H.; RINGSTAFF, C.; DWYER, D. C. **Ensinando com tecnologia: criando salas de aula centradas nos alunos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

VALENTE, J. A.; ALMEIDA, M. E. B.; ALVES, A. C. T. P. **Formação de educadores à distância e integração de mídias**. São Paulo: Avercamp, 2007.

Bibliografia complementar:

DUPAS, GILBERTO. **Ética e poder na sociedade da informação: de como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso**. São Paulo: Unesp, 2001.

GRINSPUN, Mirian P.S. Zippin. **Educação tecnológica: desafios e perspectivas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. 14. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2007.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRNS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2000.

VALENTE, J. A.; VALENTE, A. B. **LOGO: conceitos, aplicações e projetos**. São Paulo: McGraw-Hill, 1988.

VALENTE, J.A. (Org.). **Computadores e Conhecimento repensando a educação**. 2. ed. Campinas: Gráfica da UNICAMP, 1998.

ÉTICA PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Ementa: Definição de Ética. Diferenciação entre ética e moral. O conhecimento e o comportamento como parâmetros éticos no exercício profissional. Legislação básica da Educação Física. A Carta Brasileira de Educação Física. O Código de Ética Profissional do Conselho Federal de Educação Física.

Bibliografia básica:

CONFED/CREF, **Código de Ética do Profissional de Educação Física**. 6 ed. Rio de Janeiro, 2003.

LYONS, D. **As regras morais e a ética**. Campinas: Editora Papirus, 1990.

SÁ, A. L. **Ética Profissional**. São Paulo: Atlas, 1996.

Bibliografia complementar:

LIMA, A. O. R. **Ética global internacional: legislação profissional no Terceiro Milênio**. São Paulo: Iglu, 1999.

FARIAS, S. F. F. *et al.* A ética no ambiente do profissional em Educação Física. **Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano**, Florianópolis, 2006. p.115-120.

EXPRESSÕES RÍTMICAS CORPORAIS

Ementa: Estudo dos ritmos musicais. Compreensão de tempo, espaço e composição coreográficas ligados ao exercício corporal do profissional da educação física. Construção de técnicas aulas corporais do movimento no ambiente da ginástica e dos ritmos dançantes.

Bibliografia básica:

ARTAXO, I.; MONTEIRO, G. A. **Ritmo e movimento**. São Paulo: Phorte, 2000.

MARQUES, I. A. **Ensino de dança hoje: textos e contextos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GLEISER, M. **A dança do universo: dos mitos de criação ao big bang**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

Bibliografia complementar:

ASSIS, M.; CORREIA, A. M. Entre o jogo estético e o impulso lúdico: um ensaio de dança. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, n. 2, p. 121-130, 2006.

BARBOSA, A. **Inquietações e Mudanças no Ensino da Dança**. São Paulo: Cortez, 2006.

CALAZANS, J.; CASTILHO, J.; GOMEZ, S. **Dança e Educação em Movimento**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

RECREAÇÃO E LAZER

Ementa: Definição dos vocábulos recreação e lazer. A recreação e o lazer no contexto escolar. A recreação e o lazer como instâncias indispensáveis à experiência humana. Educando através da recreação e do lazer. Organização, planejamento e desenvolvimento de atividades recreativas na Educação Física Escolar.

Bibliografia básica:

HUINZINGA, J. **Homo Ludens**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1980.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e Educação**. Campinas: Papirus, 1987.

MARCELINO, N. C. **Lazer & empresa: múltiplos olhares**. Campinas, SP: Papirus, 1999.

Bibliografia complementar:

CAMARGO, L. L. **Educação para o lazer**. São Paulo: Moderna, 1998.

CHEMIN, B. F. **Políticas públicas de lazer: O papel dos Municípios na sua implementação**. Curitiba: Juruá, 2007.

MARCELINO, N. C. **Lazer: Formação e atuação profissional**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

TEMAS EMERGENTES EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Ementa: Análise crítico-reflexiva e debate acerca dos temas contemporâneos e atuais na área da Educação Física e dos desportos.

Bibliografia básica:

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais – 1ª a 4ª séries**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais – 5ª a 8ª séries**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio**. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Apresentação dos Temas Transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

GOLIN, C.; PACHECO NETO, M.; MOREIRA, W. W. **Educação Física e Motricidade: discutindo saberes e intervenções**. Dourados: Seriem, 2008.

Bibliografia complementar:

COSTA, M. P. **Educação Especial: aspectos conceituais e emergentes**. 1 ed. São Carlos-SP: Ed UFSCar, v. 1, 2009.

TEIXEIRA, P. M. M. **Temas emergentes em educação**. Ed. Uesb. 2003

TÓPICOS ESPECIAIS EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E SAÚDE

Ementa: Estudo de aspectos educativos determinantes da saúde pública e individual em seus vários aspectos (mental, social e orgânico) priorizando aqueles relacionados às patologias mais comuns na contemporaneidade – obesidade, anorexia, depressão, hipertensão, diabetes, dentre outras. Abordagem histórica a teorias que relacionam o trato ao corpo, Educação Física e Saúde. Estudo de abordagens a elementos comuns ao campo da educação física e esporte – atividade física, lazer, esporte – que guardam relação com a saúde coletiva e individual direta e indiretamente. Políticas públicas de saúde e políticas públicas educacionais.

Bibliografia básica:

DUARTE, E.; LIMA S. T. (Org.). **Atividade Física para Pessoas com Necessidades Especiais: Experiências e Intervenções Pedagógicas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

OLIVEIRA, D. M.; TOGASHI, G. B. (Orgs.). **Treinamento físico para a promoção da saúde e condições especiais**. Curitiba: Appris Editora, 2017.

VILARTA, R. (Org.). **Saúde Coletiva e Atividade Física**. Campinas, SP: Ipes Editorial, 2007.

Bibliografia complementar:

GONDRA, J. **Artes de Civilizar: Medicina, Higiene e Educação escolar na Corte Imperial** – Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

GONCALVES, A. *et al.* **Saúde Coletiva e Urgência em Educação Física e Esportes.** Campinas, SP: Papyrus, 1997.

MOREIRA, W. V. **Educação Física, Esporte, Saúde e Educação.** Uberaba: Ed. UFTN, 2010.

TÓPICOS ESPECIAIS EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E ESPORTES

Ementa: Introdução à sociologia, principais autores e conceitos gerais. Reflexões sobre Educação Física, Esporte, sociedade e grupos sociais específicos, bem como, refletir sobre os campos de atuação em Educação Física e Esportes.

Bibliografia básica:

CAPARROZ, F. E. **Entre a educação física na escola e a educação física da escola: a educação física como componente curricular.** 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. 189 p.

MEDINA, J. P. S. **A educação física cuida do corpo e "mente": bases para a renovação e transformação da educação física.** 8. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1989. 96 p.

SERGIO, M. **Educação física ou ciência da motricidade humana?** 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1991. 104 p.

Bibliografia complementar:

FREIRE, J. B. **Educação de corpo inteiro.** 2. ed. São Paulo: Scipione, 1991.

GRIFI, G. **História da Educação Física e do Esporte.** Porto Alegre: Luzzatto, 1989.

MARINHO, I. P. **História da educação física no Brasil.** São Paulo: Cia. Brasil, [s.d.].

SHAFF, A. **História e verdade.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOLER, R. **Educação física: uma abordagem cooperativa.** . Rio de Janeiro: Sprint, 2006. 184 p.

10. AVALIAÇÃO

10.1 Sistemas de avaliação da aprendizagem

O sistema de avaliação da aprendizagem do Curso de Licenciatura em Educação Física da UFGD segue os princípios constantes no Regulamento Geral dos Cursos de Graduação, garantindo, a partir dessas premissas, ampla liberdade ao corpo docente para definir o processo de avaliação de aprendizagem dos alunos. Ainda, cumpre destacar que o Conselho Diretor da Faculdade aprova os programas e planos de aula, nos quais consta o processo de avaliação, elaborado pelos docentes, em reunião específica no início de cada semestre letivo.

O Sistema de avaliação ou de verificação da aprendizagem é regulamentado pela Resolução CEPEC nº 118, de 13 de setembro de 2007 e pela Resolução COUN nº 89, de 01 de setembro de 2008, e unificado para todos os cursos de graduação da UFGD. Compreende a frequência e o aproveitamento, através da média final resultante das

médias de provas e trabalhos, prova substitutiva e exame final. Em cada disciplina, a programação deve prever, no mínimo, duas avaliações escritas por semestre e uma avaliação substitutiva. Para ser aprovado na disciplina, o aluno deverá obter frequência igual ou superior a 75% e Média de Aproveitamento (MA) igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero). O acadêmico que, submetido ao Exame Final (EF), obtiver Média Final (MF) igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) é considerado aprovado. O Exame Final de cada disciplina deve ser realizado de acordo com o Calendário Letivo previsto para o Curso. Ao acadêmico que deixar de fazer os trabalhos acadêmicos ou deixar de comparecer às provas e trabalhos e exames parciais e finais, é atribuída a nota 0,0 (zero vírgula zero) a cada atividade. O professor deve divulgar e afixar as notas, nas respectivas secretarias acadêmicas ou em locais previamente definidos. As notas das provas e trabalhos acadêmicos deverão ser divulgadas até dez dias úteis após sua realização, e as notas do exame final, até cinco dias úteis após a sua realização.

O processo avaliativo deve ser capaz de verificar o domínio de conteúdos específicos de cada disciplina; a capacidade de estabelecer relações entre os conteúdos vistos no âmbito da mesma disciplina e entre os das demais disciplinas do currículo; o tipo de posicionamento do aluno frente ao conhecimento científico. Para tanto, são adotados instrumentos diversificados de avaliação por meio de mecanismos diretos tais como trabalhos escritos individuais e em grupo, com e sem consulta, produzidos em sala e fora dela, seminários, relatórios, resenhas, e auto avaliação.

O processo ensino-aprendizagem também é verificado por avaliação realizada por meio de mecanismos indiretos que, embora não quantificada em termos numéricos, permite ao professor a observação do grau de interesse e de envolvimento do aluno frente às atividades extracurriculares – participação em eventos, em projetos desenvolvidos pela Faculdade, o interesse por questões relacionadas ao campo profissional da habilitação; etc. E essa observação também auxilia no direcionamento e redirecionamento em relação ao planejamento de atividades, projetos e eventos promovidos pela Faculdade. Em termos gerais, o processo de avaliação de ensino-aprendizagem deve, basicamente, pautar-se pela coerência das atividades em relação à concepção e aos objetivos do Projeto Pedagógico e ao perfil do profissional licenciado em Educação Física.

10.2 Sistema de autoavaliação do Curso

Ao longo dos anos de funcionamento, o Curso de Educação Física vem promovendo sua autoavaliação, respaldando-se em indicadores de qualidade quantitativos e qualitativos. Os aspectos quantitativos incidem em dados de fluxo estudantil como número de candidato-vaga no processo seletivo, taxas de evasão, repetência, aprovação, entre outros que são comparados com os dados estatísticos oficiais fornecidos pelo INEP. Como aspectos qualitativos, há o acompanhamento da inserção do egresso do curso no mercado de trabalho, inclusive com o acompanhamento dos resultados de concursos públicos, bem como a realização de reuniões específicas de avaliação desencadeadas pelo Conselho Diretor da FAED, além de outros indicadores qualitativos tomados como referência a partir das Semanas Pedagógicas promovidas pelo Curso, quando há momentos de discussão entre discentes, docentes e egressos. São ainda agregados ao processo de autoavaliação do Curso os resultados das avaliações externas desenvolvidas pelos MEC, como o Exame Nacional de Desempenho Estudantil (ENADE) e os pareceres das comissões de especialistas indicadas pelo MEC, para fins de renovação de reconhecimento do Curso.

O Curso é ainda avaliado de forma sistemática no contexto do projeto de autoavaliação institucional, conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da própria UFGD, que atende às dez dimensões da autoavaliação, de acordo com dispositivos normativos da Lei nº 10.861/2004, que trata dos SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior).

10.3 Avaliação do PPC – Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Licenciatura em Educação Física foi definido no Conselho Diretor da FAED (Quadro 14). O NDE tem como principal atribuição o processo de concepção, consolidação, avaliação e contínua atualização do desenvolvimento do projeto pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física (APÊNDICE A), obedecendo as diretrizes da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e da Universidade.

Quadro 14 – Membros do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em Educação Física conforme Resoluções nº. 333 de 08 de novembro de 2017 e nº. 169 de 09 de maio de 2018 do Conselho Diretor da FAED.

Docente	Função	Titulação	Formação Acadêmica
Manuel Pacheco Neto	Presidente	Doutor em Educação	Educação

			Física
Lara Elena Gomes Marquardt	Vice-presidente	Doutora em Ciências do Movimento Humano	Educação Física
Alcimar Silva de Queiroz	Membro	Doutor em Educação	Pedagogia
Daniel Traina Gama	Membro	Doutor em Desenvolvimento Humano e Tecnologias	Educação Física
Gustavo Levandoski	Membro	Doutor em Educação Física	Educação Física
Josiane Fujis Filus de Freitas	Membro	Doutora em Educação Física	Educação Física

11. CORPO DOCENTE

O Quadro 15 apresenta a relação de docentes do Curso de Educação Física, enquanto que o Quadro 16 apresenta docentes de outros Cursos da UFGD que vem atuando no Curso. Pode ser observado que quase todos são doutores e alguns possuem pós-doutorado.

Quadro 15 – Corpo docente do Curso de Educação Física da FAED.

Docente	Titulação	Formação Acadêmica
Daniel Traina Gama	Doutor em Desenvolvimento Humano e Tecnologias	Educação Física
Fabrcio Cieslak	Doutor em Educação Física	Educação Física
Gustavo Levandoski	Doutor em Educação Física	Educação Física
Jacqueline da Silva Nunes Pereira*	Mestre em Educação	Educação Física
Josiane Fujisawa Filus de Freitas	Doutora em Educação Física	Educação Física
Lara Elena Gomes Marquardt	Doutora em Ciências do Movimento Humano	Educação Física
Manuel Pacheco Neto**	Doutor em Educação	Educação Física
Marcelo José Taques	Doutor em Educação	Educação Física Pedagogia
Mário Sérgio Vaz da Silva	Doutor em Ciências	Educação Física
Pablo Christiano Barboza Lollo***	Doutor em Alimentos e Nutrição	Educação Física

*Está fazendo Doutorado em Educação com previsão de defesa para 2019; ** Pós-Doutorado em Educação; *** Pós-Doutorado em Fisiologia e Biofísica.

Quadro 16 – Docentes de outros Cursos da UFGD que vem atuando no Curso de Licenciatura em Educação Física.

Docente	Titulação	Formação Acadêmica
Alcimar Silva de Queiroz*	Doutor em Educação	Pedagogia
Aline Maira da Silva	Doutora em Educação Especial	Psicologia
Ana Paula Gomes Mancini**	Doutora em Educação	Pedagogia
Andreia Vicência Vitor Alves	Doutora em Educação	Pedagogia
Kellcia Rezende Souza	Doutora em Educação Escolar	Educação Física Pedagogia
Marcilio Rodrigues Lucas	Doutor em Ciências Sociais	História Ciências Sociais
Miguel Gomes Filho	Doutor em Educação	Filosofia
Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani	Doutora em Educação	Psicologia
Silvia Cristina Figueira Olinto	Doutora em Ciências (Fisiologia Humana)	Biologia

*Pós-Doutorado em Telecomunicações; **Pós-Doutorado em Educação Escolar.

12. COORDENADOR(A) DO CURSO

Cabe ao coordenador do curso zelar para que o Projeto Pedagógico seja executado da melhor maneira, buscando o bom andamento do Curso. Ainda, compete ao Coordenador segundo o Regimento Geral da UFGD (art. 58):

II - Quanto ao acompanhamento do curso:

- a) orientar, fiscalizar e coordenar sua realização;
- b) propor anualmente ao Conselho Diretor, ouvido a Coordenadoria Acadêmica, o número de vagas a serem preenchidas com transferências, mudanças de curso e matrícula de graduados;
- c) propor critérios de seleção, a serem aprovados no Conselho Diretor, para o preenchimento de vagas.

III - Quanto aos programas e planos de ensino:

- a) traçar diretrizes gerais dos programas;
- b) harmonizar os programas e planos de ensino que deverão ser aprovados em reunião com os Vice-Diretores das Unidades que ministram disciplinas para o Curso;
- c) observar o cumprimento dos programas.

IV - Quanto ao corpo docente:

- a) propor intercâmbio de professores;
- b) propor a substituição ou aperfeiçoamento de professores, ou outras providências necessárias à melhoria do ensino.
- c) propor ao Conselho Diretor das Unidades envolvidas a distribuição de horários, salas e laboratórios para as atividades de ensino.

V - Quanto ao corpo discente:

- a) manifestar sobre a validação de disciplinas cursadas em outros estabelecimentos ou cursos, para fins de dispensa, ouvindo, se necessário, o Conselho Diretor;
- b) conhecer os recursos dos alunos sobre matéria do curso, inclusive trabalhos escolares e promoção, ouvindo, se necessário ... o Conselho Diretor;
- c) aprovar e encaminhar, à Direção da Unidade Acadêmica, a relação dos alunos aptos a colar grau.

O(a) Coordenador(a) deverá ser graduado(a) em Educação Física e Pós-Graduado em Educação Física ou áreas afins, preferencialmente, Doutor(a). Cabe ao coordenador do curso apresentar efetiva dedicação à administração e à condução do Curso. A Coordenação do Curso deverá estar à disposição dos docentes e discentes, sempre que necessário, para auxiliá-los nas questões didático-pedagógicas.

13. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O corpo técnico-administrativo específico da FAED está à disposição do Curso, além de um conjunto de servidores compartilhados relacionados à biblioteca, arquivo, atividades de limpeza e segurança, informática, transporte, etc. O Quadro 17 apresenta os técnicos, suas funções e formações no presente momento.

Quadro 17 – Corpo técnico-administrativo específico da FAED (atualizado em julho de 2018).

Célia Regina Araújo	Secretária de Graduação da FAED Graduada em Administração
Jéssica de Lima Souza	Secretária Acadêmica da FAED Graduada em Psicologia
José Tiago Paulino Viana	Técnico de Laboratório de Informática Graduado em Ciências da Computação
Kleber Ferreira da Silva	Afastado para Doutorado Mestre em Educação
Eliza Sanches Silva	Apoio à Secretaria da Pós-Graduação Graduada em Direito
Markley Florentino Carvalho	Afastada para Doutorado Graduada em Biblioteconomia
Rejane Manfré	Coordenadora Administrativa da FAED Graduada em Enfermagem
Tatiane Oliveira Urzedo Queiroz	Secretária Administrativa da FAED Graduada em Direito
Valquíria Lopes Martinez	Secretária da Pós-Graduação em Educação da FAED

14. INSTALAÇÕES FÍSICAS

O Curso de Licenciatura em Educação Física conta com a infraestrutura geral da UFGD e com instalações específicas da FAED e do Prédio dos Laboratórios de Educação Física.

14.1 Instalações gerais da UFGD

Unidade I

- a) Auditório;
- b) Uma piscina de 25m de comprimento contendo seis raias;
- c) Uma quadra poliesportiva descoberta com medidas oficiais mínimas.

Unidade II

- a) Salas de aulas distribuídas em oito blocos que agregam as seguintes faculdades: Faculdade de Educação; Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais; Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia; Faculdade de Ciências Humanas; Faculdade de Ciências Agrárias; Faculdade de Comunicação, Artes e Letras; Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia e a Faculdade de Ciências da Saúde.
- b) Restaurante Universitário;
- c) Biblioteca Central com 8.000 metros de área construída bastante ampla, com um acervo de livros adequados aos cursos oferecidos. Dentre essa grande quantidade de obras, constam as não pouco numerosas bibliografias referentes aos cursos de Medicina, Biologia e Pedagogia.

14.2 Instalações gerais da FAED

- a) 05 Salas de aulas com capacidade individual de abrigar 50 alunos;
- b) 04 Banheiros, sendo 02 masculinos e 02 femininos;
- c) 01 Elevador;
- d) 02 Salas para os coordenadores dos cursos de graduação e pós-graduação;

- e) 03 Salas para as secretarias (graduação, pós-graduação e direção);
- f) 13 Gabinetes para professores, com capacidade para 03 professores por gabinete;
- g) 02 Anfiteatros com capacidades para 100 pessoas;
- h) 01 Laboratório de Informática com total de 20 máquinas para suporte para a graduação e a pós-graduação;
- i) 01 Cozinha e copa para atender aos funcionários administrativos e docentes da FAED.

14.3 Instalações específicas do Curso de Educação Física

- a) 01 Laboratório de Anatomia Humana (da Faculdade de Ciências da Saúde);
- b) 01 Laboratório de Nutrição (da Faculdade de Ciências da Saúde);
- c) 01 Piscina de 50 metros de comprimento com 10 raias, guarnecida de vestiários (masculino e feminino), com vasos sanitários, mictórios e chuveiros, com salas para realização de avaliações físicas e médicas;
- d) 01 Quadra Poliesportiva Coberta (basquetebol, voleibol, futsal e handebol) com medidas oficiais determinadas pelas respectivas Instituições normativas de cada modalidade;
- e) 05 Laboratórios didáticos para atender o Curso de Educação Física:
 - a. Laboratório 1 – Sala Multiuso;
 - b. Laboratório 2 – Laboratório de Práticas Corporais;
 - c. Laboratório 3 – Laboratório de Ginástica Geral;
 - d. Laboratório 4 – Laboratório de Educação Física Escolar;
 - e. Laboratório 5 – Sala de Musculação.

15. ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Os estudantes do Curso de Licenciatura podem atuar como bolsistas ou voluntários nos seguintes programas/projetos institucionais relacionadas ao Ensino com apoio da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação:

- Projetos de Ensino de Graduação, os quais representam ações que contribuam para a melhoria do processo ensino-aprendizagem;

- Programa de Projetos de Pesquisa na Licenciatura (PROLICEN), o qual tem como propósito incentivar a formação de profissionais capacitados para desenvolverem ações pedagógicas apoiadas no trabalho coletivo e na interdisciplinaridade, ao mesmo tempo que almeja uma efetiva articulação das licenciaturas com a educação básica, na busca de uma sólida formação docente;
- Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), o qual tem como objetivo proporcionar aos discentes, matriculados na primeira metade do Curso de Licenciatura, uma aproximação prática com o cotidiano das escolas públicas de educação básica e com o contexto em que elas estão inseridas;
- Programa de Residência Pedagógica (PRP), o qual busca estimular projetos inovadores que envolvam a articulação entre teoria e prática, proporcionando aos discentes, matriculados na segunda metade dos Curso de Licenciatura, uma aproximação com o cotidiano das escolas públicas de educação básica e com o contexto em que elas estão inseridas;
- Programa Monitoria, o qual busca o desenvolvimento de atividades de ensino, favorecendo a vivência do estudante com o professor em atividades técnicas e pedagógicas, assim como também é um instrumento para contribuir para a melhoria do processo ensino-aprendizagem, utilizando e promovendo a cooperação mútua entre discentes e entre estes e os docentes.

Em relação à Pesquisa, com o intuito de despertar a vocação científica, os alunos do Curso de Licenciatura podem participar de cinco Programas de Iniciação Científica com apoio da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação:

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica vinculado ao Plano Nacional de Assistência Estudantil (PIBIC-PNAES);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC-AF);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI);
- Programa Institucional de Iniciação Científica Voluntária (PIVIC);
- Programa Institucional de Iniciação Científica Voluntária – Fluxo Contínuo (PIVIC-FC).

Além dessas possibilidades, pode-se destacar a participação em grupos de pesquisa como o Grupo de Pesquisas em Educação Física Escolar e Saúde (GPEFES), o qual tem como líderes os docentes Gustavo Levandoski e Josiane Fujisawa Filus de Freitas. Já em relação à Extensão, os discentes podem se envolver em ações, projetos e programas de Extensão com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

16. APOIO AO DISCENTE

A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis promove ações que buscam garantir o acesso, a permanência e a diplomação dos acadêmicos na UFGD. Desse modo, fazem parte dos programas de assistência estudantil os auxílios Permanência e Alimentação, o apoio pedagógico e psicossocial, e as ações e práticas desportivas:

- Programa de Assistência Estudantil - Auxílio Financeiro Emergencial busca atender demandas emergenciais que coloquem em risco a permanência do estudante ingressante no primeiro semestre dos cursos de graduação presenciais da UFGD, com moradia fora da localização do município de Dourados e em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica quando há impossibilidade de enquadramento nos prazos e programas de Editais regulares dos Programas de Assistência Estudantil da UFGD;
- Programa Auxílio Alimentação é um benefício financeiro para oferecer condições para a alimentação básica aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, regularmente matriculados em cursos presenciais de graduação da UFGD e que não sejam portadores de diploma de curso superior, de modo a contribuir com sua permanência e conclusão de curso na Instituição;
- Programa Bolsa Permanência UFGD é um benefício financeiro concedido aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, regularmente matriculados em cursos presenciais de graduação da UFGD e que não sejam portadores de diploma de curso superior, com a finalidade de apoiar financeiramente o estudante para sua permanência na Instituição, buscando reduzir os índices de evasão decorrentes de ordem socioeconômica;
- Programa de Assistência Estudantil - Moradia Estudantil da UFGD consiste na oferta de moradia de qualidade, em prédio próprio da UFGD, construído e estruturado para

garantir moradia aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, regularmente matriculados em curso de Graduação presencial da UFGD, cujas famílias não residam no município de Dourados, de forma com que estes desenvolvam suas atividades acadêmicas, permaneçam e concluam o curso na Instituição;

- Programa Restaurante Universitário busca oferecer atendimento e alimentação de qualidade a toda comunidade acadêmica, contribuindo para a permanência e desenvolvimento integral dos estudantes na Instituição;

- Programa Apoio Pedagógico – Língua Estrangeira busca desenvolver atividades que contribuam com o processo de ensino-aprendizagem dos/as estudantes, preparando-os para o pleno desempenho de suas atividades acadêmicas;

- Programa Apoio Pedagógico – Oficinas de Nivelamento (Matemática, Língua Portuguesa, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Informática) busca desenvolver atividades que contribuam com o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, preparando-os para o pleno desempenho de suas atividades acadêmicas;

- Atendimento Psicológico é busca prestar orientação e assistência psicossocial aos estudantes, contribuindo para a superação de suas dificuldades sociais e psicológicas, também presta informações e esclarecimentos sobre temas específicos de interesse da comunidade universitária;

- Programa Apoio à Mobilidade Acadêmica Internacional possibilita aos estudantes da UFGD, em vulnerabilidade socioeconômica, participar de programas de mobilidade internacional oferecidos pela Instituição, concedendo bolsa mensal pelo período de até seis meses e auxílio financeiro para aquisição das passagens aéreas (ida e volta) para o país de destino da mobilidade acadêmica internacional e demais deslocamentos internos no Brasil, seguro saúde internacional, despesas com visto e gastos extras (alimentação, transporte, hospedagem etc.);

- Programa Incentivo a Participação em Eventos Acadêmicos tem como finalidade conceder ajuda de custo, em caráter eventual, aos estudantes regularmente matriculados em Curso de Graduação presencial, para participação, com apresentação de trabalho, em eventos acadêmicos;

- Bolsa Atleta é um programa objetiva beneficiar alunos com potencial esportivo e interesse em representar a Universidade nos eventos esportivos e amistosos envolvendo basquete, futsal, handebol, voleibol, judô, Taekwondo, natação, tênis de mesa e xadrez.

Além desses apoios citados, a UFGD mantém, via Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, uma modalidade de apoio para acadêmicos matriculados em cursos de graduação para estágio na Instituição (Bolsa Pró-Estágio).

REFERÊNCIAS

BARBOSA FILHO, V. C.; CAMPOS, W. D.; LOPES, A. D. S. Epidemiology of physical inactivity, sedentary behaviors, and unhealthy eating habits among Brazilian adolescents. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 1, p. 173-194, 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Lei nº 9696, de 01 de setembro de 1998. Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 set. 1998. p. 1.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação (CNE). Parecer CNE/CP nº 009/2001. Trata sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 jan. 2002. Seção 1, p. 31.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução CNE/CP nº 1/2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 abr. 2002. Seção 1, p. 31.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação (CNE). Parecer CNE/CES nº 058/2004, de 18 de fevereiro de 2004. Trata sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física. Brasília, DF, 2004.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução CNE/CES nº 7/2004, de 31 de março de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 abr. 2004. Seção 1, p. 18.1.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação (CNE). Parecer CNE/CES nº 400/2005, de 24 de novembro de 2005. Consulta sobre a aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica e das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física ao curso de Educação Física (licenciatura), tendo em vista a Resolução CONFEF nº 94/2005. Brasília, DF, 2005.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação (CNE). Parecer CNE/CES nº 142/2007, de 14 de junho de 2007. Trata sobre alteração do § 3º do art. 10 da Resolução CNE/CES nº 7/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 set. 2007.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução CNE/CES nº 7/2007, de 04 de outubro de 2007. Altera o § 3º do art. 10 da Resolução CNE/CES nº 7/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5

out. 2007. Seção 1, p. 49.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação (CNE), Conselho Pleno (CP). Resolução CNE/CP nº 2/2012, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 jun. 2012. Seção 1, p.70.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação (CNE), Conselho Pleno (CP). Resolução CNE/CP nº 2/2015, de 01 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2 jul. 2015. Seção 1, p. 8-12

BRASIL, Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 mar. 2008, p. 1.

BRASIL, Lei nº 10.861/2004, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 abr. 2004, p. 3.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2016.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais – 1ª a 4ª séries**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais – 5ª a 8ª séries**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio**. Brasília: MEC, 1998.

COLL, C.; POZO, J. I.; SARABIA, B.; VALLS, E. **Os conteúdos na reforma**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DARIDO, S. C. Educação física na escola: experiência de uma professora universitária no contexto escolar. IN: NÓBREGA, T. P. (Org). **A educação física no ensino fundamental (5ª à 8ª séries)**. Natal, RN: Paidéia; UFRN; Brasil: MEC, 2005. cap. 2, p. 23-31. (Coleção Cotidiano Escolar, v. 1, n. 1).

DEMO, P. **Educar pela Pesquisa**. 6 ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

FOLLE, A.; POZZOBON, M. E. Professional satisfaction of physical education teacher. **The FIEP Bulletin**, Foz do Iguaçu, v.77, special edition, p.298-302, 2007.

FREIRE, J. B.; VENÂNCIO, S. (Orgs.). **O jogo dentro e fora da escola**. Campinas: Autores Associados, 2005.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MAITINO, E. M. **Saúde na Educação Física Escolar**. Bauru, SP: Mimesis, v. 21, n. 01, 2000.

MARCON, D.; NASCIMENTO, J. V.; GRAÇA, A. B. S. A construção das competências pedagógicas através da prática como componente curricular na formação inicial em educação física. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, n. 1, p.11-25, 2007.

MOREIRA, W. W. **Educação Física Escolar: uma abordagem fenomenológica**. 3 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

SANCHES NETO, L.; VENÂNCIO, L.; OKIMURA, T.; ULASOWICZ, C. **Sistematização de conteúdos temáticos na Educação Física escolar: uma proposta de professores-pesquisadores**. In: FONTOURA, P. (Ed.). Pesquisa em educação física. Jundiaí: Fontoura, 2006. v. 4, p. 270-274.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, R.J.: Editora Vozes, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD), Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura da Universidade Federal da Grande Dourados. **Resolução CEPEC/UFGD nº 53/2010, de 01 de julho de 2010, que aprova o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UFGD**. Disponível em: <<http://200.129.209.183/arquivos/arquivos/78/LEGISLACAO-NORMAS-COGRAD/Regulamento%20Geral%20dos%20Cursos%20de%20Graduacao%20da%20UFGD%20-%20ALTERADO.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD), Conselho Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados. **Regimento Geral da UFGD (Resolução COUNI/UFGD nº 22/2006)**. Disponível em: <<http://200.129.209.183/arquivos/arquivos/78/LEGISLACAO-NORMAS-COGRAD/Regimento%20Geral%20da%20UFGD.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD), Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura da Universidade Federal da Grande Dourados. **Resolução CEPEC/UFGD nº 18/2012, de 02 de abril de 2012, que dispõe sobre Núcleo Docente Estruturante**. Disponível em: <<http://200.129.209.183/arquivos/arquivos/78/LEGISLACAO-NORMAS-COGRAD/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CEPEC-UFGD%2018-2012%20-%20nucleo%20docente%20estruturante.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD), Conselho Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados. **Resolução COUNI/UFGD nº 54/2013, de 03 de junho de 2013, que dispõe da forma de ingresso e da reserva de vagas**. Disponível em: <<http://200.129.209.183/arquivos/arquivos/78/LEGISLACAO-NORMAS-COGRAD/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20COUNI-UFGD%2054-2013%20-%20disp%C3%B5e>>

%20sobre%20formas%20de%20ingresso%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.pdf >. Acesso em: 11 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD), Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura da Universidade Federal da Grande Dourados. **Resolução CEPEC/UFGD nº 14/2014, de 27 de fevereiro de 2014, que aprova alterações nos Componentes Curriculares Comuns à UFGD e em suas ementas.** Disponível em:

<<http://200.129.209.183/arquivos/arquivos/78/LEGISLACAO-NORMAS-COGRAD/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CEPEC-UFGD%2014-2014%20-%20componentes%20curriculares%20comuns%20%C3%A0%20universidade.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD), Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura da Universidade Federal da Grande Dourados. **Resolução CEPEC/UFGD nº 95/2014, de 24 de junho de 2014, que regulamenta a aplicação do artigo 14 da Resolução COUNI nº 54/2013, dispondo sobre as condições e os procedimentos para a utilização de participação em programas e projetos no cumprimento de carga horária de disciplinas eletivas.** Disponível em:

<<http://200.129.209.183/arquivos/arquivos/78/LEGISLACAO-NORMAS-COGRAD/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CEPEC-UFGD%2095-2014%20-%20regulamenta%C3%A7%C3%A3o%20do%20artigo%2014%20da%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20COUNI%2054-2013-BS.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD), Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura da Universidade Federal da Grande Dourados. **Resolução CEPEC/UFGD nº 139/2014, de 18 de setembro de 2014, que aprova o Regulamento de Estágio para os Estudantes dos Cursos de Graduação da UFGD.** Disponível em:

<<http://200.129.209.183/arquivos/arquivos/78/LEGISLACAO-NORMAS-COGRAD/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CEPEC-UFGD%20139-2014%20-%20regulamento%20de%20est%C3%A1gio%20gradua%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

ZABALA, A. **A prática educativa: Como ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

APÊNDICE A

REGULAMENTO DO NUCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA FAED-UFGD

CAPÍTULO I

Da Finalidade

Art. 1º O presente Regulamento disciplina a composição, atribuições e funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (FAED/UFGD);

Art.2º O NDE constitui-se de uma equipe de docentes, com atribuições acadêmicas, de natureza consultiva, atuante no processo de concepção, consolidação, avaliação e contínua atualização do desenvolvimento do projeto pedagógico do curso de graduação em Educação Física.

CAPITULO II

Da Constituição do Núcleo Docente Estruturante

Art. 3º A composição do NDE será indicada pela Comissão Permanente de Apoio as Atividades do Curso e nomeada pelo Conselho Diretor da Faculdade de Educação, garantindo em sua composição:

I - 5 (cinco) docentes pertencentes ao corpo docente do Curso, dentre eles o Coordenador do Curso e um docente da área ensino;

II - No mínimo 60% (sessenta por cento) dos seus membros devem possuir título de mestre ou doutor;

III - No mínimo 20 % (vinte por cento) dos seus membros devem ter regime de trabalho de tempo integral e dedicação exclusiva (DE);

IV - Todos os membros do NDE devem ter regime de trabalho no mínimo parcial (20 horas semanais) e formação de pós-graduação no mínimo de especialização.

Parágrafo Primeiro - Os membros do NDE terão mandatos de 3 (três) anos, permitida a recondução;

Parágrafo Segundo – Na passagem de mandato, será garantida, por prorrogação de mandato, a continuidade de 40% dos membros para assegurar que a renovação ocorra de forma parcial, para que haja continuidade no processo de acompanhamento do curso.

IV - Assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

Parágrafo Único.

Art. 4º O NDE será presidido por um de seus membros, eleito pela maioria, para um mandato de 3 (três) anos, podendo ser reconduzido.

Parágrafo Único: Pelo mesmo processo e a mesma época será indicado o vice-presidente que o substituirá nas faltas e impedimentos e na falta deste substituí-lo-á o docente mais antigo do NDE.

CAPÍTULO III

Das Atribuições do Núcleo Docente Estruturante

Art. 5º São atribuições do Núcleo Docente Estruturante (NDE):

- I - Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II - Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III - Participar de forma ativa das ações de auto avaliação do curso e contribuir para o desenvolvimento das ações necessárias;
- IV - Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; e
- V - Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso.

CAPÍTULO IV

Das Atribuições do Presidente do Núcleo Docente Estruturante

Art. 6º Compete ao presidente do Núcleo:

- I - Convocar e coordenar as reuniões;
- II - Representar o NDE junto à administração da instituição; e
- III - Encaminhar as indicações do NDE à Comissão de Apoio Curso.

CAPÍTULO V

Das Reuniões

Art. 7º O NDE reunir-se-á, ordinariamente, por convocação de seu presidente, uma vez por bimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu presidente ou pela maioria de seus membros.

Art. 8º As indicações do NDE serão tomadas por maioria simples de votos de seus membros, considerados os presentes na reunião.

Art. 9º Para efeito de acompanhamento e histórico das ações do Núcleo, todas as reuniões deverão ser lavradas em ata, que serão arquivadas na secretaria do curso.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Finais

Art. 10º Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pela Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação Física e, no que couber, pelo Conselho Diretor da Faculdade de Educação.

Art. 11º. Alterações no presente regulamento poderão ser propostas por discentes e docentes, devendo ser aprovadas pelo Conselho Diretor.